



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I – SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL (GESTEC)



LUCÍOLA NOBRE LIMA VIDAL

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO
FÍSICA NO FUNDAMENTAL II: COMENDO SUBSÍDIOS ORIENTADORES PARA O
PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS-
BA

SALVADOR

2025

LUCÍOLA NOBRE LIMA VIDAL

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO
FÍSICA NO FUNDAMENTAL II: COMPONDO SUBSÍDIOS ORIENTADORES PARA O
PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS-
BA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lídia Boaventura Pimenta.
Coorientador: Prof^o. Dr^o Ivan Luiz Novaes.

SALVADOR

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

V648i

Vidal, Luciola Nobre Lima

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DA
EDUCAÇÃO FÍSICA NO FUNDAMENTAL II: COMENDO SUBSÍDIOS
ORIENTADORES PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA REDE
MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS- BA / Luciola Nobre Lima Vidal,
Lídia Boaventura Pimenta, Ivan Luiz Novaes. Orientador(a): Prof. Drª Lídia
Boaventura Pimenta. Coorientador(a): Prof. Drº Ivan Luiz Novaes. Salvador,
2025.

91 p.

Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade do Estado da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação -
GESTEC, Salvador. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.


1. Educação física. 2. Inclusão. 3. Plano municipal. I. Pimenta, Lídia
Boaventura. II. Novaes, Ivan Luiz. III. Pimenta, Prof. Drª Lídia Boaventura. IV.
Novaes, Prof. Drº Ivan Luiz. V. Universidade do Estado da Bahia. Salvador. VI.
Título.

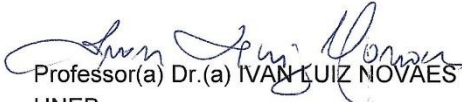
CDD: 371


FOLHA DE APROVAÇÃO
"INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
NO FUNDAMENTAL II: COMPODO SUBSÍDIOS ORIENTADORES PARA O PROCESSO
DE PLANEJAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS-BA"

LUCÍOLA NOBRE LIMA VIDAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, em 18 de junho de 2025, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:


Professor(a) Dr.(a) LIDIA BOAVENTURA PIMENTA
UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia


Professor(a) Dr.(a) IVAN LUIZ NOVAES
UNEB
Doutorado em Educação
Université de Sherbrooke


Professor(a) Dr.(a) ROMILSON AUGUSTO DOS SANTOS
Ufba - UFBA
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

À Deus pela força, equilíbrio, o dom de pensar e por ter me permitido viver esse momento de aprendizados e convivências.

À minha família pelo incentivo e apoio nos estudos, em especial ao meu esposo Gustavo que me encorajou e motivou a seguir no mestrado, aos meus filhos Hugo e Guilherme que foram grandes ouvintes das minhas escritas e apresentações. Espero que eu tenha sido um exemplo, para que nunca parem de estudar e se qualificar. Aos meus pais que durante a minha vida, sempre me incentivaram a estudar e proporcionaram muitos momentos da minha formação.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Lídia Pimenta por acreditar em meu potencial e me guiar durante o percurso de estudos e pesquisa. Ao meu coorientador Prof. Dr. Ivan Novaes, colega de profissão e amigo, pelo incentivo e apoio no caminhar acadêmico. Ao Prof. Dr. Romilson dos Santos, também colega de profissão que trouxe contribuições importantes para a pesquisa, reforçando a relevância do papel da Educação Física na Educação Básica. Aos demais Professores do Programa de Mestrado - Gestec que proporcionaram os ensinamentos essenciais para a construção da minha pesquisa.

Aos meus amigos e afilhadas que torceram pelo meu sucesso, incentivaram, apoiaram e acreditaram em mim, em especial à Gabriela Romão que me auxiliou na formatação do meu trabalho, pois carrega em seu currículo acadêmico e profissional, uma experiência motivadora no âmbito da pesquisa.

Aos meus colegas de turma e do Grupo de Pesquisa Cognoscere que dividiram comigo aprendizados, angústias e conquistas, apoiando uns aos outros, em especial à colega Clarice, que esteve sempre ao nosso lado apoiando nas defesas, qualificações, elaboração de atividades, diálogos com os professores, divulgação de eventos, cumprindo com excelência a sua função de líder de turma.

Às gestoras, coordenadoras, colegas e estudantes das unidades escolares às quais leciono, agradeço o apoio, incentivo e a compreensão nas minhas ausências neste período da minha formação.

Aos sujeitos da minha pesquisa, agradeço à disponibilidade que se dispuseram e que foram essenciais na construção do meu trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

A Educação Física, em linhas gerais, se constituiu como um campo de atuação profissional abrangente, no qual se pode trabalhar, entre outros, com o lazer, com a promoção da saúde, com o esporte amador, performance e com a educação, a partir do ensino desse componente nas escolas. Nesse cenário, a pesquisa se insere no último campo, ou seja, da educação. Com temática delineada sob o processo de inclusão de estudantes com deficiência, e *locus* de pesquisa em cinco escolas que integram a rede de ensino do Município de Lauro de Freitas, Bahia. O presente projeto possui como objetivo geral compor subsídios orientadores para a estrutura de instrumento de planejamento da Rede Municipal de Educação em Lauro de Freitas, quanto à inclusão do estudante com deficiência na perspectiva do ensino da Educação Física. Como objetivos específicos definiu-se os seguintes alvos: Caracterizar o ensino da educação física para a educação especial no município de Lauro de Freitas através das diretrizes para o processo inclusivo na etapa do ensino fundamental II, no período de vigência do Plano Municipal de Educação 2015/2025; analisar o processo de planejamento da rede municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos e pedagógicos, concernentes à inclusão do estudante com deficiência e compreender o desempenho dos Projetos Plantão da Inclusão e Escola Acessível no município de Lauro de Freitas, quanto ao atendimento aos estudantes com deficiência. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de natureza descritiva, utilizando o método do estudo de caso. A participação das pessoas será evidenciada por meio de entrevistas e depoimentos de professores que tiveram experiência na prática do ensino da Educação Física e o processo de inclusão do estudante com deficiência. A pesquisa documental será constituída por extratos de documentos como Leis, Decretos, Diretrizes que descrevem o contexto histórico e cronológico da Educação Inclusiva, a fim de proporcionar o estudo e trazer subsídios para responder à questão problema. O *locus* da pesquisa envolve as cinco escolas da Rede Municipal de Lauro de Freitas que atendem o ensino fundamental II e estão localizadas na região central da cidade. Serão fornecidos os dados extraídos do InepData (2023), apresentando ainda dados do período de vigência do PME (2014-2023). Será dada ênfase ao contexto da educação especial como uma modalidade de ensino. Os sujeitos da pesquisa envolvem os coordenadores, professores de educação física que atuam nas cinco escolas e representantes do Departamento de Inclusão da Pessoa com Deficiência da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Sobre a estratégia para a coleta de dados, estes foram obtidos através da aplicação de questionário com os Coordenadores e Professores de Educação Física das cinco escolas localizadas na região central da cidade e de uma entrevista estruturada com o representante do Departamento de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A pesquisa revelou lacunas arquitetônicas quanto à adequação de espaços destinados à prática de esportes e atividades físicas e lacunas pedagógicas o processo de planejamento. Nessa linha, evidencia a adoção de estratégias referentes à estruturação de ações para impulsionar o projeto Escola Acessível e um modelo formativo para orientar, o planejamento, a prática, contribuindo com a formação dos profissionais da educação, qualificando-o para o processo de inclusão de estudantes deficientes no ensino regular da etapa do Fundamental II.

Palavras-chave: Educação física; Inclusão; Plano municipal.

ABSTRACT

Generally speaking, Physical Education has become a wide-ranging field of professional activity in which you can work, among other things, with leisure, with health promotion, with amateur sport, performance and with education, by teaching this component in schools. In this scenario, the research is inserted in the last field, education. Its theme is the process of inclusion of students with disabilities, and the *locus* of the research is in five schools that are part of the education network in the municipality of Lauro de Freitas, Bahia. The general aim of this project is to create guidelines for the structure of a planning tool for the Municipal Education Network in Lauro de Freitas, with regard to the inclusion of students with disabilities from the perspective of teaching Physical Education. The following specific objectives were defined: to characterize the teaching of physical education for special education in the municipality of Lauro de Freitas through the guidelines for the inclusive process in the elementary school II stage, during the period of validity of the Municipal Education Plan 2015/2025; to analyze the planning process of the municipal network of Lauro de Freitas under the normative and pedagogical aspects, concerning the inclusion of students with disabilities and to understand the performance of the Inclusion Duty and Accessible School Projects in the municipality of Lauro de Freitas, regarding the care of students with disabilities. This is an applied, descriptive research using the case study method. People's participation will be evidenced through interviews and testimonies from teachers who have had experience in the practice of teaching Physical Education and the process of including students with disabilities. The documentary research will consist of extracts from documents such as Laws, Decrees, Guidelines that describe the historical and chronological context of Inclusive Education, in order to provide the study and bring subsidies to answer the problem question. The *locus* of the research involves the five schools of the Lauro de Freitas Municipal Network that serve elementary school II and are in the central region of the city. Data extracted from InepData (2023) will be provided, as well as data from the period of validity of the PME (2014-2023). Emphasis will be placed on the context of special education as a teaching modality. The research subjects include coordinators, physical education teachers who work in the five schools and representatives of the Department of Inclusion of People with Disabilities of the Municipal Department of Education (SEMED). Regarding the strategy for data collection, these were obtained through the application of a questionnaire to the Coordinators and Physical Education Teachers of the five schools located in the central region of the city and a structured interview with the representative of the Department of Inclusion of People with Disabilities. The research revealed architectural gaps in the suitability of spaces for sports and physical activities, as well as pedagogical gaps in the planning process. In this regard, it highlights the adoption of strategies related to the structuring of actions to promote the Accessible School project and a training model to guide planning and practice, contributing to the training of education professionals and qualifying them for the process of including students with disabilities in regular education in the 2nd stage of elementary school.

Keywords: Physical education; Inclusion; Municipal plan.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrícula Inicial por Nível, Modalidade de Ensino e Dependência Administrativa - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	30
Tabela 2 - Dados sobre as matrículas por ano e etapas de ensino escola Gregório Pinto de Almeida - Lauro de Freitas, 2014 a 2023.....	38
Tabela 3 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Gregório Pinto de Almeida - Lauro de Freitas, 2014 a 2023.....	39
Tabela 4 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino escola Ipitanga - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	40
Tabela 5 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Ipitanga - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	40
Tabela 6 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino escola Itamar Oliveira Rodrigues - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	41
Tabela 7 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Itamar Oliveira Rodrigues - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	41
Tabela 8 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino escola Ana Lúcia Magalhães - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	42
Tabela 9 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Ana Lúcia Magalhães - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	42
Tabela 9 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Ana Lúcia Magalhães - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	43
Tabela 10 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino Centro Educacional Municipal Fênix - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	43
Tabela 11 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino Centro Educacional Municipal Fênix - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	44
Tabela 12 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino Centro Educacional Municipal Fênix - Lauro de Freitas, 2014 a 2023	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVES REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	10
2.1 A INFLUÊNCIA DAS TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS	13
2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROCESSO INCLUSIVO NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS.....	14
3 INCLUSÃO ESCOLAR: O MOVIMENTO CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	18
3.1 UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NO BRASIL	18
3.2 A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR SOB PONTO DE VISTA LEGAL	21
4 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAURO DE FREITAS SOB OS ASPECTOS NORMATIVOS E PEDAGÓGICOS	26
4.1 SITUANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PME DE LAURO DE FREITAS	28
4.1.1 O Ensino Fundamental	29
4.1.2 A Educação Especial	29
4.2 AS DIRETRIZES E PERCURSO ORGANIZATIVO PARA A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA CLASSE REGULAR NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS.....	32
5 CAMINHOS METODOLÓGICOS	34
5.1 NATUREZA DA PESQUISA	34
5.2 ABORDAGEM.....	35
5.3 MÉTODO DE ESTUDO DE CASO	36
5.3.1 Protocolo para estudo de caso	36
5.3.2 Objeto de estudo	37
5.3.3 Locus da Pesquisa	37
5.3.4 Sujeitos da Pesquisa	45

5.3.5 Procedimentos para coleta de dados e informações.....	45
5.3.6 Documentos como referência.....	49
6 A DISCUSSÃO SOBRE O QUE REVELAM OS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA.....	51
6.1 O QUE SUGERE A SEMED E COMO ATUA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR	51
6.2 ATUAÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS ÀS DETERMINAÇÕES DA SEMED	59
6.3 COMO AS DIRETRIZES E AS AÇÕES SOBRE INCLUSÃO ALCANÇAM O COTIDIANO ESCOLAR DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	62
6.4 A ANÁLISE DO DIÁLOGO ENTRE OS SUJEITOS	66
7 O QUE SUGERE A PESQUISA.....	68
7.1 ESTRUTURA TEMÁTICA DO MODELO FORMATIVO	70
7.1.1 Bloco 1 – A trajetória das Políticas Públicas para Inclusão do Estudante com deficiência no Brasil – Ambiente virtual - 30hs	70
7.1.2 Bloco 2 – As diretrizes pedagógicas para a Inclusão do Estudante com deficiência no Ensino Regular no Brasil e Bahia - Ambiente virtual - 20h	70
7.1.3 Bloco 3 – O caminhar da Políticas Inclusivas e Diretrizes pedagógicas no Município de Lauro de Freitas – Ambiente virtual - 30hs	71
7.1.4 Bloco 4: Experiências Exitosas e Planejamento inclusivo- 50hs.....	722
7.1.5 Bloco 5: A Educação Física no processo inclusivo no Município de Lauro de Freitas - Ba – 50hs.....	72
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICE A - MINUTA DOS QUESTIONÁRIOS A SEREM APLICADOS PARA COLETA DE DADOS	822
APÊNDICE B - MINUTA DA ENTREVISTA ESTRUTURADA A SER REALIZADA COM O RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA SEMED.....	855
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	866

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física, em linhas gerais, se constituiu como um campo de atuação profissional abrangente, no qual se pode trabalhar, entre outros, com o lazer, com a promoção da saúde, com o esporte amador, performance e com a educação, a partir do ensino desse componente nas escolas. Nesse cenário, a pesquisa se insere no último campo, ou seja, da educação. Com temática delineada sob o processo de inclusão de estudantes com deficiência, e *locus* de pesquisa cinco escolas que integram a rede de ensino do Município de Lauro de Freitas, Bahia.

Esse interesse se deu em razão da experiência adquirida com ensino da Educação Física na rede de ensino do mencionado município e, especialmente por enfrentar a complexidade para viabilizar as orientações expressas nas políticas destinadas ao desenvolvimento do ensino da Educação Física, notadamente, naquilo que concerne às políticas de inclusão de estudantes que se enquadram como Pessoas com Deficiência (PCD).

O primeiro contato com o ensino da Educação Física em uma das escolas do citado município, ocorreu a partir de um viés no qual as atividades desenvolvidas na mencionada escola, deveriam se destinar a promover práticas esportivas voltadas para os estudantes “extravasarem a energia acumulada”. O objetivo, certamente, consistia em acalmá-los e torná-los saudáveis, bem como manter um clima escolar, de maneira a não incomodar o andamento das aulas de outras disciplinas.

Em torno daquele viés havia uma visão limitada sobre a evolução do ensino da Educação Física, especialmente, ante as mudanças que ocorreram nas políticas que passaram a orientar o seu desenvolvimento no contexto das escolas de educação básica, conforme será abordado no estudo. Compreendendo que apenas movimentar o corpo para manter a tranquilidade escolar e a promoção da saúde era ínfimo, foi preciso buscar o que apresentavam as diretrizes vigentes, uma vez que não havia orientação pedagógica até o ingresso da pesquisadora, em 2000, na rede municipal de ensino, do que deveria ser ensinado de fato.

De outra parte, no referido período, a rede municipal de Lauro de Freitas atenta ao disposto na Lei Federal nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ambos apontam o ensino da Educação Física, como componente curricular, integrada à proposta pedagógica da escola. Desta forma,

estabeleceu-se o desafio de integrar a Educação Física aos demais componentes curriculares e promover a reflexão sobre aspectos relacionados à cidadania, e papel na sociedade (Brasil, 1997). Neste contexto, percebeu-se que a educação física precisava, além das diversas manifestações corporais tradicionais (dança, luta, ginásticas, esportes), explorar temas complexos como: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e, recentemente, a inclusão de pessoas com deficiência. Um complexo de demandas que representa muito mais que simplesmente levar os estudantes para jogar futebol na quadra. Nesse contexto a Rede Municipal de Educação de Lauro de Freitas veio a consolidar os PCNs como uma política que orientou o ensino da Educação Física ante a tais demandas.

A partir do ano de 2014, discussões que vinham sendo desenvolvidas no cenário internacional e nacional, impulsionaram o movimento de inclusão no Município de Lauro de Freitas. Entre essas destacam-se, a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de Nova York, em 2007 e as políticas públicas nacionais como: O Plano Nacional de Educação 2014/2024, instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014, a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008a) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2008b).

Considerando o exposto, em 2015, a Câmara Municipal de Lauro de Freitas aprovou e sancionou a Lei Municipal nº 1568/2015, que criou o Plano Municipal de Educação (PME) de Lauro de Freitas, em atenção à toda rede de educação pública e particular na região, sendo considerado um marco para a história da cidade e um instrumento estratégico de planejamento educacional para o período 2014 - 2023 (Lauro de Freitas, 2015).

Alinhado às políticas mencionadas anteriormente, o município considerou que o aumento das matrículas de estudantes com deficiência, a partir de 2009, ocorreu em razão da implantação do Núcleo de Educação Especial, conforme disposto no PME. Este órgão passou a orientar as políticas da educação inclusiva municipal quando, a partir de 2014 tornou-se a Divisão de Educação Especial devido ao crescimento das suas ações (Lauro de Freitas, 2015).

Esse fenômeno trouxe reflexões acerca do papel do ensino da Educação Física no movimento inclusivo. Sabe-se que “a Educação Física carrega consigo marcas de uma história excludente” (Silva, 2023, p. 74) desde quando se justifica a importância do movimento para o equilíbrio emocional e o corporal do indivíduo (“*mens sana in corpore sano*” ou “mente sã em corpo são”). Essa marca histórica ainda difundida, assume uma visão higienista, que busca

formar indivíduos fortes e sadios, mas não reflete as necessidades de inclusão, expostas nas políticas públicas contemporâneas.

Por um lado, as políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência, ao invés de promover a assepsia social, buscam reconhecer as necessidades sociais e a dignidade do indivíduo deficiente, garantindo seus direitos enquanto seres humanos, rompendo barreiras físicas e atitudinais que impedem sua participação na sociedade. Por outro, observa-se que a inclusão a partir do ensino da Educação Física no Município de Lauro de Freitas, não encontra condições favoráveis ao atendimento da legislação local.

Esse pressuposto se revela em lacuna identificada na Rede, tais como: ausência ou inadequação de espaços para a práticas de atividades físicas, falta de material didático e esportivo adaptado e acessível, bem como docentes com formação adequada para tal fim, considerando a atuação da pesquisadora na área.

Quanto às diretrizes norteadoras do Rede Educacional municipal, o Plano Municipal de Educação de Lauro de Freitas (PME), em atenção à toda rede de educação pública, aponta a necessidade de alocação de investimentos para ampliação de acesso aos estudantes PCD, promovendo um ensino de qualidade (Lauro de Freitas, 2015).

Indica, ainda, que o Município dispõe de projetos denominados de inovadores, que atendem à educação inclusiva, metas para universalizar à população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, além de ações referentes à orientação do percurso organizativo a ser percorrido pelo estudante com deficiência nas classes regulares (Lauro de Freitas, 2015).

Em vista da complexidade para promover a inclusão de estudantes com deficiência no ensino da Educação Física, em escolas do centro da Rede Municipal de Ensino de Lauro de Freitas, considerando aquilo que preceitua o PME desse município, bem como o que descreve as Diretrizes Nacionais Curriculares e as normas relativas ao tema da inclusão, a pesquisa apresenta a seguinte questão problema: “Como contribuir para a inclusão do estudante com deficiência no processo de planejamento da Rede Municipal em Lauro de Freitas, na perspectiva do ensino da Educação Física?” (Lauro de Freitas, 2015).

Diante das atribuições pertinentes ao ensino da educação física, o componente pode ser um espaço importante para promover a inclusão, assim, o objetivo geral da pesquisa é compor subsídios orientadores para a estrutura de instrumento de planejamento da Rede Municipal de

Educação em Lauro de Freitas, quanto à inclusão do estudante com deficiência na perspectiva do ensino da Educação Física.

A pesquisa tem como objetivos específicos caracterizar o ensino da educação física para a educação especial no município de Lauro de Freitas através das diretrizes para o processo inclusivo na etapa do ensino fundamental II, no período de vigência do Plano Municipal de Educação 2015/2025; analisar o processo de planejamento da rede municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos e pedagógicos, concernentes à inclusão do estudante com deficiência e compreender o desempenho dos Projetos Plantão da Inclusão e Escola Acessível no município de Lauro de Freitas, quanto ao atendimento aos estudantes com deficiência.

2 BREVES REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

No processo histórico do ensino da Educação Física no Brasil, o movimento corporal, enquanto objeto de estudos, assumiu algumas tendências que influenciaram a sua dinâmica no contexto escolar. Compreender como ocorreu esse processo é importante para redesenhar, o seu papel enquanto componente curricular no município de Lauro de Freitas e apresentar sua relevância no processo de inclusão de estudantes com deficiência.

A evolução do ensino da Educação Física, foi marcada por traços que incorporaram valores da época. Deste modo, nos anos finais do Império e no período da Primeira República (1889-1930), considerava-se a prática de exercícios físicos como fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação, promovendo assepsia social, conforme apresenta Ghiraldelli (1991). Essas ideias higienistas foram reforçadas, conforme o autor, com o parecer do jurista Ruy Barbosa.

Apresentando-se favorável aos hábitos de higiene dos jovens, Ruy Barbosa acreditava que através dos exercícios físicos escolares, poder-se-ia formar jovens preparados para atividades laborais e se tornariam sujeitos robustos e inteligentes. Essas ideias foram referenciais para a introdução do Método Francês¹, como um dos precursores da tendência

¹ Método ginástico criado na França por um militar e que era baseado em corridas, marchas, saltos e no uso de alguns aparelhos ginásticos que exigia esforço corporal intenso levando ao desgaste físico (Gois Junior; Simões, 2011). A sua prática era

militarista. Com o papel de formador, cabia ao professor de Educação Física da Educação Básica, promover por meio desses hábitos saudáveis e higiênicos nas crianças, desenvolver nas fases da infância e da adolescência um ideal de saúde como o que determinado na III Conferência Nacional de Educação em 1929 (São Paulo, 1929).

Desse contexto se desenha o legado da tendência militarista entre 1930-1945 que impunha à sociedade a formação de “cidadãos soldados”. Utilizava como modelo de exercício, a prática do Método Francês de ginástica, com prática obrigatória. Segundo Ghiraldelli (1991) a Educação Física militarista tinha uma orientação fascista, autoritária e cabia ao componente curricular e ao desporto, a formação de sujeitos obedientes e adestrados, para o “aperfeiçoamento da raça”.

Com a implantação do Estado Novo², as políticas educacionais regidas pelas diretrizes morais, políticas e econômicas da época, sob o discurso do então ministro da Educação Gustavo Capanema, induziam à exaltação do nacionalismo. O entrelaçamento da Educação Física e a Educação Moral e Cívica pelo Plano Nacional de Educação de 1937, foram responsáveis pela moralização do corpo. Através do exercício físico, a busca pelo aprimoramento da raça, docilização dos corpos, obediência e o preparo físico, os estudantes teriam que servir à Pátria e ao desenvolvimento econômico brasileiro segundo Castellani Filho (1988).

Com a derrota do fascismo após 1945, Ghiraldelli (1991) aponta que a Educação Física Militarista sofreu algumas mudanças tendo que adaptar-se ao viés democrático com a responsabilidade de formar os hábitos estudantis para o convívio igualitário, o altruísmo e nacionalismo. Entre 1945-1964 a Educação Física foi reconhecida como uma disciplina educativa que por excelência, tinha como objetivo a formação integral do indivíduo de maneira instrutiva. Sem abandonar as práticas do método francês de ginástica que continuava

obrigatória para todas as classes durante o ano letivo, conforme o Decreto Federal Nº 19.890 (Lei Francisco Campos) de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário.

² Com a promulgação da Constituição de 1934, chegou ao fim o chamado governo provisório instaurado com a vitória da Revolução de 1930. A nova Constituição, elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte, introduziu no país uma nova ordem jurídico-política que consagrava a democracia, com a garantia do voto direto e secreto, da pluralidade sindical, da alternância no poder, dos direitos civis e da liberdade de expressão dos cidadãos. Particularmente para as mulheres, a Constituição de 1934 representou uma enorme conquista: pela primeira vez, tornavam-se eleitoras e elegíveis. Mas a Constituição durou pouco. Três anos depois, antes mesmo que a primeira eleição que elegeria o novo presidente se realizasse, Getúlio Vargas deu um golpe para manter-se no poder e instaurou uma ditadura, conhecida como Estado Novo (Silva, 1992).

obrigatória, nesse período o ensino da educação física passou a assumir funções didáticas para a formação cidadã, através da organização e ensaios das fanfarras da escola, dos desfiles cívicos, da organização e aplicação dos jogos escolares internos e externos.

Nessa perspectiva de culto ao nacionalismo, de formação integral e enfatizado pela espetacularização do desporto, o ensino da Educação Física assumiu uma tendência Competitivista após 1964. Sua prática era voltada para o alto-rendimento que, conforme Ghiraldelli (1991), visava formar atletas que brindavam o país com medalhas olímpicas.

Assim como no período pós 64, muitos professores de Educação Física não exploravam uma reflexão sobre a cultura corporal do movimento. Como aponta Castellani Filho (1988) quando menciona que sua presença na instituição escolar fomentava a formação do físico para a promoção da aptidão e performance dos estudantes, destituindo também de qualquer “sistematização e compreensão do conhecimento” (Castellani Filho, 1988, p. 84).

Diante dessa breve reflexão acerca do processo histórico do ensino da Educação Física, percebe-se que os valores em cada período acima citado, se opunha à questão da inclusão. Ocorre que após a queda do regime militar em 1985 e assumindo uma perspectiva democrática, a Educação Física denominada popular, passa a defender a importância do hábito de praticar atividades físicas, para a manutenção da saúde e qualidade de vida a todas as pessoas, em todas as classes sociais.

Alguns conceitos surgem a partir das mudanças da Educação Física na sociedade. Assim, as práticas corporais “foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas” (Coletivo de autores, 1992, p. 39). Estas, envolvem as expressões corporais por meio dos jogos, brincadeiras, das danças, das ginásticas, das lutas e dos esportes. A forma como o homem representa essas práticas corporais, desenvolve e transforma a partir da expressão do seu corpo, é denominado de cultura corporal.

Fundamentado nas reflexões e discussões em encontros, congressos e simpósios nacionais, o tema envolvendo a atividade física como meio de transformação social vem se fazendo presente, abordando novas estratégias e concepções. Baseando-se nos conceitos e posicionamentos que surgiram apoiado nas reflexões sobre a identidade da Educação Física e seu papel no âmbito escolar, que a presente pesquisa é desenvolvida no sentido de orientar o processo de planejamento da educação de Lauro de Freitas, utilizando como referência a

caracterização do desenvolvimento do ensino do componente “Educação Física” no município, suprimindo marcas de tendências anteriores.

2.1 A INFLUÊNCIA DAS TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

As abordagens refletem uma compreensão limitada sobre o papel da Educação Física, especialmente em face das transformações nas políticas educacionais que passaram a guiar o desenvolvimento desse componente no contexto das escolas de educação básica. Nas primeiras experiências da docência, por exemplo, alguns resquícios das abordagens históricas da Educação Física no município de Lauro de Freitas eram bem perceptíveis.

As atividades desenvolvidas eram orientadas por uma visão estreita, voltada principalmente para que os alunos pudessem "extravasar a energia acumulada". Esse enfoque visava acalmá-los e evitar que atrapalhassem o andamento das outras aulas, tal qual como propunha, de forma mais amena, a tendência Militarista.

A iniciativa consistia em promover a saúde e a docilização corporal, porém oportunizando a prática de diversas modalidades, além da ginástica e participação discente quanto escolha democrática das atividades físicas a serem desenvolvidas e interesse em aperfeiçoar-se.

Um legado deixado pela tendência Competitivista no município de Lauro de Freitas, foi a realização anual dos Torneios Intercolegiais, os quais estimulavam a competitividade entre as escolas do município nas diversas modalidades como uma espécie de olimpíadas municipais.

As disputas pelo êxito nessas competições eram exacerbadas e culminou na extinção desse evento em meados do ano de 2008, devido aos altos índices de violência entre os discentes. Estimular competições escolares diante da diversidade de estudantes e professores, existe na atualidade, a lógica, de que nem todos têm aptidão, nem oportunidades de alcançar o alto rendimento na prática desportista.

Resquícios da tendência pedagógicista foram observadas no município de Lauro de Freitas durante o percurso do ensino de Educação Física a partir de 2000, quando nas apresentações cívicas no aniversário da cidade, com desfiles das escolas, e nos festivais juninos,

destacando que essas atividades eram organizadas, ensaiadas e acompanhadas pelos professores de Educação Física nas suas aulas.

A visão limitada revela, a necessidade de uma compreensão mais abrangente e contemporânea sobre a Educação Física, que considere os diversos aspectos envolvidos no desenvolvimento educacional dos estudantes, conforme as políticas educacionais vigentes.

Com o passar do tempo, as diretrizes para o ensino da Educação Física nas escolas evoluíram, enfatizando não apenas o aspecto físico e a orientação para dispersar a energia dos discentes, mas também a importância do seu desenvolvimento integral. Isso inclui a formação de habilidades sociais, a promoção da cidadania, a inclusão, e o estímulo ao pensamento crítico e reflexivo. A Educação Física passou a ser vista como uma área fundamental para o desenvolvimento global dos alunos, integrada ao projeto pedagógico da escola, e não apenas como um meio de manter a disciplina ou proporcionar momentos de lazer.

Destaca-se, nesse contexto, a ação de documentos que redimensionaram o perfil da Educação Física no município para a etapa do ensino fundamental II. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, o Plano Municipal de Educação de Lauro de Freitas - Ba, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 e a publicação do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), por meio do Parecer do Conselho Estadual da Educação da Bahia (CEE-BA) nº 111/202, trazem uma nova tendência que promove uma necessidade de mudança acerca da compreensão sobre o que é a cultura corporal do movimento (Bahia, 2020; Brasil, 1997; Brasil, 2018a; Lauro de Freitas, 2015).

As práticas corporais e as discussões propostas nos documentos referenciais apresentam no seu contexto, o desenvolvimento não só físico como também emocional e social, direcionando, no âmbito da Educação Física no município de Lauro de Freitas, para a formação cidadã como uma possibilidade de transformação social e favorecendo o processo de inclusão.

2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROCESSO INCLUSIVO NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

Com o objetivo de caracterizar o fazer docente da Educação Física no contexto da educação especial e inclusiva de estudantes com deficiência no Município de Lauro de Freitas,

a pesquisa apresenta como referências o documento Plano Municipal de Educação de Lauro de Freitas-Ba e o que propõe os PCN na etapa do ensino fundamental II.

Sobre a docência da Educação Física, o Plano Municipal de Educação destaca que as aulas devem ser ministradas por professores especializados da rede e fomenta o desenvolvimento de habilidades esportivas (Lauro de Freitas, 2015). Como um componente curricular da Educação Básica do Fundamental II e ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, o PME aponta algumas medidas para ofertar um ensino de qualidade à população, a exemplo da construção e definição das Diretrizes Curriculares para a Educação (Lauro de Freitas, 2015).

No período de vigência do PME, o Município de Lauro de Freitas utiliza como referenciais os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 e ainda o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) de 2020 (Bahia, 2020; Brasil, 1997; Brasil, 2018a; Lauro de Freitas, 2015).

Salienta-se que os PCNs possibilitam ao componente Educação Física, o questionamento e ampliação do conhecimento sobre o movimento corporal, para uma dimensão afetiva cognitiva e sociocultural, a fim de contribuir para a formação cidadã (Brasil, 1997). Nesse contexto, Darido *et al.* (2001) aponta que ao eleger a cidadania como eixo norteador, bem presente nas discussões pedagógicas no Município, significa entender que, a Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, é responsável pela formação de estudantes e, portanto, deve ter um olhar para a inclusão.

O componente traz diversas intencionalidades e expressões para o movimento que estão incorporadas nos conteúdos, a saber: jogo, esporte, dança, ginástica e luta. As abordagens desses conteúdos contextualizadas em suas dimensões cultural, social, política e afetiva devem propor, ao ensino da Educação Física, uma transversalidade de temas sobre ética, trabalho, respeito, solidariedade, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, tecnologia, diversidade e inclusão.

Conforme o que está posto no PCN de 1997 a participação de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, deve trazer muitos benefícios quanto ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. Assim, é possível abarcar o processo de inclusão de estudantes deficientes mediante o desenvolvimento de atividades que estimulem atitudes respeitadas, solidárias, que possibilitem reconhecer a

diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho de grupos diversos sociais (Brasil, 1997).

Em complemento ao disposto nos PCNs, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta a Educação Física como um componente curricular da área de linguagens que, por meio do movimento corporal, em suas diversas formas de codificação e significação social, são entendidas por manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos. A mencionada BNCC determina competências a serem desenvolvidas no estudante e destriça os conteúdos idealizados pelos PCNS, criando e dividindo-os em unidades temáticas, abordando como objetos do conhecimento, as brincadeiras, jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura, a fim de mobilizar esses conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018a).

Sobre as habilidades, a BNCC aponta que deve privilegiar as dimensões do conhecimento tais como: experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise compreensão e protagonismo comunitário. Para o contexto inclusivo de estudantes com deficiência, é importante ressaltar que as aulas de Educação física também devem promover desenvolvimento das competências específicas, dentre outras as de:

[...] Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas; Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes; Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam; Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário (Brasil, 2018a, p. 225).

Diante desse cenário e a respeito da inclusão nas aulas de Educação Física no Município de Lauro de Freitas - Ba, a experimentação, o uso e apropriação e a fruição devem promover uma vivência corporal que possibilite aos estudantes deficientes, conhecer-se, perceber-se enquanto sujeitos envolvendo-os em práticas lúdicas que permitam autonomia e apropriação de movimentos, respeitando suas potencialidades.

Sobre o autoconhecimento e a autopercepção, Silva (2023) aborda que o corpo consciente envolvido no aprendizado do estudante, deve ir além das técnicas de execução,

discussão, regras, estratégias, apreciação crítica a fim de avaliar eticamente, ressignificando e recriando o que a autora denomina de conteúdos atitudinais e conceituais. Nessa linha entende-se que as práticas corporais segundo a BNCC, devem promover uma reflexão espontânea, gerada em toda a experiência corporal para a resolução de problemas, apropriação do conhecimento e adequação aos interesses diante das possibilidades dos sujeitos.

Sendo a inclusão compreendida pelo acesso irrestrito tanto de estudantes com necessidades educacionais especiais quanto aos ditos “normais” às aulas de Educação Física, no mesmo espaço e na mesma dinâmica do processo de aprendizagem, espera-se que as vivências corporais, orientadas pela BNCC, nas aulas de Educação Física, na rede municipal de educação de Lauro de Freitas-Ba, apresente nas dimensões pedagógicas de exequibilidade, o viés inclusivo (Silva, 2023).

Em 2020, foi publicado o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), documento normativo estadual que orienta os sistemas de educação do estado da Bahia, abrangendo as redes e as instituições de ensino da educação básica, o qual se constitui em um alicerce para promover o aperfeiçoamento e elaboração dos currículos, convergindo os princípios, intenções e temáticas de cada municípios baianos, inclusive a rede Municipal de Educação do Município de Lauro de Freitas (Bahia, 2020).

Entre as práticas educativas a serem desenvolvidas que possibilitam a permanência e o sucesso dos estudantes na escola e efetivar o sucesso da escolarização de cada cidadão baiano, se insere o ensino da Educação Física (Bahia, 2020).

Assim como o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) apresenta as dimensões do conhecimento, habilidades e competências a serem desenvolvidas para o componente Educação Física, considerando além elementos sociais, políticos, econômicos, pedagógicos, didáticos e formativos do processo de aprendizagem, bem como a multiplicidade cultural que compõe a identidade do Estado da Bahia a qual deve refletir na realidade escolar do Município de Lauro de Freitas (Bahia, 2020).

Sobre a modalidade educação especial e inclusiva apontada pelas DCRB, estas se valem das orientações propostas pelas Diretrizes para a Educação Inclusiva publicadas em 2017 pelo estado da Bahia, abrangendo todo o território. Aponta que o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do atendimento educacional. Nessa discussão no contexto escolar inclusivo, o componente Educação Física, apresenta-se de forma adaptada, promovendo

atividades corporais que estimulam a orientação, mobilidade e aulas de atividade de vida autônoma. Portanto, como aponta Silva (2023) a Educação Física escolar deve oportunizar aos estudantes deficientes do ensino fundamental II, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, para seu aprimoramento como cidadão.

Com efeito, o Município de Lauro de Freitas não possuía documento normativo municipal que oriente o sistema para o ato docente da Educação Física, especialmente, no que concerne à inclusão. Discussões para a elaboração desse documento, ocorreu mediante consulta pública (Lauro de Freitas, 2022a), para definir as orientações metodológicas e avaliações das especificidades do Ensino Fundamental, com o propósito de valorização dos conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital. A elaboração foi organizada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), por meio das Coordenações da Educação Básica e da Gestão Escolar e Monitoramento da Evolução da Qualidade do Ensino por Escola, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). Ressalta-se que as mencionadas orientações metodológicas e avaliações deverão ser validada pelo Conselho Municipal de Educação (CME), contudo até abril de 2024 o documento não foi publicado.

A implementação das diretrizes para o ensino Fundamental II e especificamente referente ao componente Educação Física no contexto inclusivo baseiam-se nas discussões apresentadas pelas políticas e documentos nacionais, internacionais, sendo geridas pelo Núcleo de Educação Especial do Município de Lauro de Freitas, como órgão norteador das políticas de inclusão locais. As discussões e o respaldo legal que regem, normatizam e orientam a Educação Especial e inclusiva no Brasil e que refletem no Município de Lauro de Freitas, serão apresentadas a seguir.

3 INCLUSÃO ESCOLAR: O MOVIMENTO CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

3.1 UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NO BRASIL

A dificuldade e segregação das pessoas com deficiência vêm de um processo histórico, desde os primórdios, cuja deficiência impossibilitava a convivência em grupos pela sua incapacidade de caçar, produzir e por isso eram abandonados ou exterminados. Como apresentado em estudos realizados, Vidal (2012) aponta que, em várias épocas da história, como

na Idade média e com a disseminação do Cristianismo, as pessoas com deficiências passaram a ser considerados criaturas de Deus e sobreviviam graças às caridades.

Na época da inquisição, as pessoas com deficiência intelectual eram consideradas bruxas, não possuíam natureza humana e estavam dominadas por maus espíritos e, portanto, eram condenados à morte. Na Idade Moderna, algumas transformações como nas Ciências passaram a tratar a deficiência como algo orgânico, porém os deficientes intelectuais eram considerados doentes e eram tratados com violência e discriminação. A partir do século XIX, com as ideias renascentistas percebia-se que elas não só precisavam de hospitais e abrigos, mas de atenção especializada e então se difundiram os orfanatos, os asilos e os lares para crianças com deficiência física. Em 1824 Louis Braille criou um sistema de escrita padrão utilizado por cegos até nos dias de hoje o sistema Braille. No início do século XX, aconteceu a Primeira Guerra Mundial, período no qual as mulheres iam em busca do sustento enquanto as crianças, inclusive as deficientes, ficavam em abrigos já que os homens saíam para as frentes de batalhas (Brasil, 2018b).

Logo depois do pós-guerra, a sociedade civil, atenta e preocupada com os problemas sociais presentes na época, organizou-se para buscar soluções que melhorassem os mecanismos de reabilitação de pessoas com deficiência, surgindo assim organizações internacionais entre elas a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização Mundial da Saúde (OMS). Mais tarde, com a Segunda Guerra Mundial, o mundo pôde ver atrocidades como o holocausto onde judeus, ciganos e muitos deficientes (entre eles adultos e crianças) foram exterminados. Com fim da guerra em 1945, o mundo precisava se reorganizar e foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas entre as nações, conseguir uma cooperação internacional para resolver problemas internacionais, promover e estimular o respeito aos direitos humanos. A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou pela resolução 217 A(III), em 10 de dezembro de 1948, um só documento que garante todos os direitos de cada pessoa, em todo lugar: a Declaração Universal dos Direitos Humanos onde proclama que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direito (ONU, 1948).

Diante do exposto houve uma compreensão sobre a visão de deficiência, apresentada por Ribeiro e Portela (2022) como sendo uma:

Construção social, histórica e cultural, em que as desigualdades e desvantagens da pessoa estão diretamente ligadas às estruturas sociais. Nessa lógica, a deficiência, antes entendida como um problema individual, passa a ser uma questão social. A sociedade precisa se ajustar à diversidade de modo que todas as pessoas, independentemente de suas características biológicas, possam ter acesso aos bens culturais e gozar de dignidade humana (Ribeiro; Portela, 2022, p. 46).

Quando as autoras se referem sobre “ter acesso aos bens culturais e gozar da dignidade humana”, vem à tona uma palavra que é amplamente difundida, a inclusão.

Sobre o conceito de inclusão, observa-se que seu significado traduz o ato ou efeito de incluir ou introduzir indivíduos em um grupo. Em relação à educação enquanto uma política educacional, consiste em incluir estudantes com deficiência em turmas regulares bem como, promover a sua participação em todas as atividades que ocorrem neste ambiente (Michaelis, 2024).

A realidade não é simplesmente tal qual apresenta o seu significado. Como afirma Lima (2010), as palavras adquirem sentido, no contexto em que surgem e considera as relações sociais envolvidas. Além disso, a autora em uma visão baseada nas ideias de Vygotsky, quando aborda sobre a importância da linguagem, como uma expressão do pensamento, que atua na construção dos sujeitos para a sua inserção no mundo. Assim, pode-se considerar, por exemplo, que ocorre a inclusão de um indivíduo com deficiência em um determinado grupo, quando este consegue expor suas ideias, sugestões, é compreendido, apoiado e consegue celebrar suas conquistas como um todo.

A compreensão do que é inclusão, muitas vezes assumem características da integração. Remetendo ao contexto escolar e coadunar com o ambiente foco desta pesquisa, compreende-se que conforme Mantoan (2015) integração escolar refere-se à inserção de estudantes com deficiência nas escolas comuns ou agrupados em escolas ou classes especiais, é o estar lá. Ainda segundo a autora, o estudante transita pelo sistema, havendo uma seleção dos que estão aptos, considerando as adaptações exigidas pelas instituições de ensino. Porém, ainda se encontra escolas que se eximem das adaptações necessárias para o aprendizado do estudante com deficiência.

A inclusão no contexto escolar, conforme Mantoan (2015):

Questiona não só as políticas e organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os estudantes devem frequentar as salas de aula do ensino regular (Mantoan, 2015, p. 15).

Vygotsky (2022), em seus estudos, estabeleceu o Instituto de Defectologia com o objetivo de investigar o desenvolvimento de crianças com deficiência. Ele argumenta que as crianças com deficiência alcançam o desempenho de forma não inferior ao de crianças sem deficiência. Em vez disso, Vygotsky defende que esse desenvolvimento ocorre de uma maneira qualitativamente diferente e peculiar, considerando que a própria deficiência podia gerar estímulos compensatórios.

Assim para que à inserção escolar sistemática de estudantes com deficiência seja eficaz, é crucial considerar suas particularidades, habilidades e potencialidades. Estimular essas capacidades, ao mesmo tempo em que se gerenciam os processos de compensação, substituição, formação e equilíbrio que influenciam o desenvolvimento e o comportamento da criança.

Para tanto, o sistema educacional deve ser estruturado propondo atividades, conhecimento e relacionamento interpessoal, a serem compartilhados entre todos os estudantes deficientes ou não. Registra-se, porém, quando se promove algo em que há diferenciações e flexibilidades de um indivíduo para outro, não é inclusão e sim integração.

Ainda sob a perspectiva do contexto escolar, justifica-se as discussões sobre os benefícios da inclusão, em especial quanto à frequência de estudantes deficientes no ensino regular, segundo Ribeiro e Portela (2022) se propõe a:

Oportunizar às pessoas com deficiência (i) a convivência com estudantes sem deficiência no espaço escolar; (ii) a participação em situações de aprendizagem mais desafiadoras; (iii) a experiência de convívio em contextos sociais e educacionais mais próximos dos normais (Ribeiro; Portela, 2022, p. 55).

Diante dos benefícios da Educação Inclusiva para um estudante com deficiência, é importante compreender quais os arcabouços legais, que fortalecem e sustentam a necessidade de inclusão no contexto escolar, o qual será discutido a seguir.

3.2 A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR SOB PONTO DE VISTA LEGAL

Em estudos anteriores realizados em uma revisão referente a legislação que atende à Educação Especial, Vidal (2012) entende que o processo de redemocratização que se estabeleceu no país, após a queda o regime militar, recolocou vários temas sociais especialmente aqueles constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no que concerne à igualdade de direitos.

Em termos concretos, os temas relativos aos direitos sociais se materializam na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 205 garante direito à educação a todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Machado e Falsarella (2020) apontam que a educação escolar é um instrumento básico para a construção de uma sociedade mais justa e um direito social de acesso a um bem público. Assim, a Educação oferecida pelo Estado, deve ofertar, entre outros itens, o atendimento educacional às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O sistema de educação brasileiro é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação que define as diretrizes do ensino no país com base nos princípios da Constituição. A primeira LDB nº 4024 foi publicada em 20 de dezembro de 1961. Nela, há poucas referências sobre a inclusão de estudantes deficientes no ambiente escolar observado apenas no Capítulo III: “Título X da Educação de Excepcionais art.88º: A educação de excepcionais deve no que fôr possível, enquadrar-se no sistema de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (Brasil, 1961, p. 11).

Os estudantes, neste período, viviam sobre o paradigma da integração e não eram garantidos a eles permanência no ensino regular apesar do documento prever no seu Título II, em seu art. 2º que a educação é direito de todos sendo assegurado no lar ou na escola (Brasil, 1961, p. 11).

Uma nova LDB nº 5692 foi publicada em 11 de agosto de 1971 na qual se faz uma referência ainda menor quanto à educação especial:

Capítulo I do Ensino de 1º e 2º graus Art. 9º: os estudantes que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação (Brasil, 1971, p. 3).

Analisando estas duas leis percebe-se que a pessoa com deficiência foi excluída do direito à educação pois conforme o descrito, o(a) estudante(a) deficiente deveria se enquadrar no sistema educacional, havendo possibilidades ou receber um tratamento especial de acordo com normas estabelecidas, eximindo a necessidade ou obrigatoriedade de permanecer na escola.

Discussões importantes ocorreram na Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca em 1994, que culminaram na elaboração de um documento que se tornou um marco no processo de inclusão. A Declaração de Salamanca assegura que a educação das pessoas com deficiência esteja inserida no sistema educacional. Os representantes de Governos e organizações da Conferência Mundial de Educação Especial reafirmaram o compromisso de Educação para Todos, reconhecendo a necessidade de haver educação para jovens e crianças com necessidades educacionais especiais, dentro do sistema regular de ensino.

A educação dessas pessoas deve oportunizar o alcance e manter os níveis de aprendizado adequados, respeitando as características, interesses e as habilidades de cada indivíduo, ou seja, a diversidade. Assim, a escola assume o um ambiente inclusivo capaz de combater atitudes discriminatórias e tornado-se um ambiente acolhedor e facilitador de conhecimento. Essa Conferência Mundial de Educação Especial impulsiona todos os governantes a priorizar políticas que aprimorem os sistemas educacionais, a exemplo de: desenvolvimento de projetos de experiências inclusivas, mecanismos participativos e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional, a participação de pais, organizações e no planejamento e tomadas de decisões em beneficiando o estudante com necessidades educativas especiais (NEE), treinamento de professores, acessibilidade ao espaço físico escolar. Tais políticas tinham como objetivo dotar os sistemas de ensino de competências e habilidades para que estes promovessem a inclusão de todas as crianças, sem haver distinção da condição do estudante.

Diante dessa perspectiva de inclusão apresentada pela Declaração de Salamanca e do compromisso assumido pelo Governo brasileiro na promoção de uma educação igualitária e para todos, uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, a LDB nº 9394. Essa nova LDB trouxe grandes mudanças no sistema educacional brasileiro principalmente para a educação especial, que passa a assumir um paradigma

inclusivo, onde é garantido ao educando com necessidades especiais a sua inclusão em classes do ensino regular, bem como a adaptação dos espaços físicos, currículos, métodos e técnicas de ensino que favoreçam o aprendizado do estudante (Brasil, 1996).

Desde então, algumas alterações foram implementadas na redação de alguns artigos da LDB nº 9394/1996, em relação à educação especial, a exemplo da redação constante da Lei Federal nº 12.796, de 2013 especificamente quanto ao art. 58, conforme demonstrado a seguir

Art. 58 disposto na LDB nº 9394/1996: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996, p. 27). Art. 59 disposto na LDB nº 9394/1996: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais” (Brasil, 1996, p. 27).

Art. 58 da LDB nº 9394/1996, após alteração prevista na Lei Federal nº 12.796/2013:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2013, p. 2).

E também o Art. 59 da LDB nº 9394/1996, após alteração prevista na Lei Federal nº 12.796/2013: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2013, p. 2).

Observa-se a alteração do conceito no que se refere à Pessoa com Deficiência (PCD), sendo antes “com necessidades especiais” e no presente “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Outra alteração da LDB que trata sobre a oferta de educação especial, em especial as alterações no art.58 inciso III, a saber: “A versão original da LDB nº 9394/1996 dispõe que a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (Brasil, 1996, p. 27). Após alteração constante promovida pela Lei Federal nº 13.632, de 2018: a oferta de educação especial desde a educação infantil e estendendo-se ao longo da vida (Brasil, 2018a).

Entendia-se, portanto, que o estudante deficiente somente deveria frequentar a etapa da educação infantil. Após a alteração prevista pela Lei Federal nº 13.632, o estudante deve

perpassar por todas as etapas da educação básica, inclusive pela etapa do ensino fundamental II e dar continuidade aos seus estudos ao longo da vida.

A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, por sua vez, estabelece as normas e critérios para a promoção da acessibilidade do deficiente com mobilidade reduzida, eliminando as barreiras arquitetônicas, físicas que impedem a circulação segura pelos espaços e inclusive do mobiliário. Sendo a escola um ambiente público e de uso coletivo, ela tende a se adaptar às normas previstas pela legislação para tornar-se inclusive (Brasil, 2000).

Em relação às formas de comunicação, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão segundo a Lei Federal nº 10436, de 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, prevendo a inclusão da LIBRAS como disciplina nos cursos de formação para o exercício do magistério. Ainda a Portaria Ministerial nº 554, de 26 de abril de 2000, aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille, que tem por competência promover diretrizes para o uso, ensino e difusão do Sistema Braille em todas modalidades e aplicação, compreendendo todos os componentes curriculares bem como a elaboração de material que facilitem o processo ensino no território brasileiro (Brasil, 2002).

Outra publicação relevante foi a promulgação do Decreto Legislativo nº 186, de 2008 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Este documento dispõe em seu art. 24 que os Estados precisam assegurar o direito ao sistema educacional inclusivo sem discriminação e com igualdade de oportunidade, em todos os níveis, ao longo de toda a vida a fim de promover o desenvolvimento do potencial do educando bem como, sua personalidade, talento, criatividade, habilidades físicas e intelectuais com dignidade e respeitando os direitos humanos (Brasil, 2008b).

Impulsionada pela defesa dos direitos humanos e pelo movimento mundial acerca da inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica (Brasil, 2008a), foi elaborado pela Portaria Ministerial nº 948/2007 e entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008 a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI). Com objetivo referenciar sistemas educacionais inclusivos, na organização de escolas quanto às mudanças estruturais e culturais e acompanhar os avanços em relação ao conhecimento e às

lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

O documento possui no seu texto, os marcos históricos e normativos da educação especial, o diagnóstico, o objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, quem são os sujeitos a serem atendidos pela Educação Especial e as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a fim de acompanhar os avanços das discussões e criar novas políticas com a intenção de promover uma educação de qualidade (Brasil, 2008a)

Segundo Lopes *et al.* (2018) a inclusão, se refere a um processo educacional no qual toda e qualquer diferença ou diversidade dos sujeitos é compreendida e respeitada. Assim, ratifica-se que os sistemas de ensino devem assegurar que o estudante com deficiência não seja excluído do sistema educacional sob alegação da sua deficiência em qualquer nível de escolaridade, garantindo as adaptações para as necessidades individuais como: barreiras atitudinais, físicas, de comunicação e curricular.

Como aponta Mantoan (2015), fazer inclusão implica um movimento político contínuo. Assim, em 2014 foi aprovada a Lei Federal nº 13005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual constam metas específicas e direcionadas para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, redução das desigualdades, à valorização da diversidade e a equidade, destacando-se a meta 4 que propõe:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014, p. 1).

A Lei Federal nº 13005/2014 estabelece ainda, que estados, o Distrito Federal e municípios deverão elaborar seus correspondentes Planos de Educação. É neste contexto que o Município de Lauro de Freitas elabora e publica o Plano Municipal Educação da cidade e que entre outras metas e estratégias para a Educação Especial e Inclusiva, dispõe sobre a meta 4, a qual será discutido adiante (Brasil, 2014).

4 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA REDE

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAURO DE FREITAS SOB OS ASPECTOS NORMATIVOS E PEDAGÓGICOS

A Educação Especial é uma concepção de ensino contemporânea com o objetivo primordial de garantir o acesso igualitário à educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com oferta, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme dispõe o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 (LDB). Machado e Falsarella (2020, p.375) apontam que a educação escolar é um instrumento básico para a construção de uma sociedade mais justa e um direito social de acesso a um bem público. Nesta linha, a pessoa com deficiência (PCD) deve ter esse direito garantido, com o objetivo de construir sua cidadania e seu processo de formativo na rede escolar, em qualquer nível. A educação especial ganha importante reforço para seu funcionamento com a publicação da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conforme será apresentado posteriormente nesta pesquisa (Brasil, 2015).

Assim, Educação Especial em 2019 no Município de Lauro de Freitas garantiu, segundo dados institucionais³ e não oficiais, a matrícula de 719 educandos com diversos tipos de deficiências, nas unidades educacionais, frequentando as salas regulamentares na Rede Municipal de Educação.

Em consonância com o movimento contemporâneo acima exposto e com os dados institucionais apresentados, o Município vem seguindo as determinações propostas pela mencionada LDB nº 9.394/1996, a qual também prevê no art 9º que cabe à União elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de estabelecer, competências e diretrizes para os níveis da educação básica, norteando a composição dos currículos de forma a assegurar a formação do indivíduo (Brasil, 1996).

Dessa forma, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborado e aprovado sob a Lei Federal nº 13.005/2014, dispondo no seu art. 8º:

Que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em

³ Dados publicados em 20 de agosto de 2019 no site do Município (Lauro de Freitas, 2023).

consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei (Brasil, 2014, p. 3).

Furtado e Novaes (2009) apontam que a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/96, repercutiram em uma grande reforma na organização e no funcionamento dos sistemas educacionais. Assim, ao sistema municipal, esfera na qual se insere o *locus* desta pesquisa, é dada a autonomia para que organize seu sistema educacional, em alinhamento ao descrito no sistema nacional, na sua materialização.

Deste modo, no ano de 2015 a Câmara Municipal de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, aprovou e sancionou a Lei Municipal nº 1568/2015, que criou o Plano Municipal de Educação (PME) de Lauro de Freitas, em atenção à toda rede de educação pública e particular na região, sendo considerado:

Um marco na história da cidade de Lauro de Freitas e um instrumento estratégico de planejamento educacional para o período 2014 - 2023, tendo por objetivo conduzir as políticas públicas de educação, ao estabelecer prioridades, diretrizes, e metas básicas (Lauro de Freitas, 2015, p. 14).

O referido documento tem como proposta traçar diretrizes que nortearam o sistema educacional do município a fim de implantar estratégias das intervenções das necessidades por um período de dez anos, compreendendo os anos de 2014 a 2023, a exemplo da Educação Especial com ênfase na inclusão de estudantes com deficiência, tema desta pesquisa.

4.1 SITUANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PME DE LAURO DE FREITAS

Entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos o PME de Lauro de Freitas apresenta uma análise situacional da educação no Município, o documento.

Respalda em dados que demonstram a organização e a oferta do ensino no município, perpassando pela estrutura, oferta dos níveis e modalidades de ensino, as demandas atendidas e reprimidas, indicadores de desempenho, valorização dos profissionais e financiamento da Educação (Salvador, 2015, p. 35).

Assim, antes de situar a Educação Especial, Furtado e Novaes (2009) numa abordagem sobre o art. 211 da constituição Federal de 1988, apontam que o referido documento confere

“ao município um papel relevante quanto a responsabilidade de organizar o sistema de ensino”, conforme “o princípio do regime de colaboração” entre as esferas do governo. Nesse contexto, é preciso compreender o que o PME propõe para as etapas da Educação Básica, constituindo-se em dados e informações caracterizando-se como referência para a análise do mencionado documento (Lauro de Freitas, 2015).

4.1.1 O Ensino Fundamental

O PME prevê para o Ensino Fundamental da rede o que dispõe a Lei Federal nº 11.114, de 16 de maio de 2005 e a Lei Federal nº 11.274, de 03 de fevereiro de 2006 estabelecendo:

O ensino fundamental obrigatório com duração de 09 (nove) anos e ingresso a partir dos 06 (seis) anos de idade, reforçando a perspectiva das crianças e jovens terem maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização, sendo assegurado que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade. (Lauro de Freitas, 2015, p. 49).

Importante destacar que nessa citação é assegurado ao estudante o tempo de ingresso na escola e continuidade no estudo, mas que apesar desse incentivo legal, o documento aponta que ofertar essa etapa no Município não é capaz de resolver os problemas sociais presentes na região e que atinge principalmente a população menos favorecida. Portanto, convergindo essas pontuações, entende-se que a intenção de permanência desses estudantes durante o maior tempo possível no ambiente escolar, pode ser um fator indispensável para reverter o quadro de vulnerabilidade ao qual os estudantes da localidade estão expostos (Lauro de Freitas, 2015).

4.1.2 A Educação Especial

Atendendo ao que propõe a meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), referente à inclusão de estudantes com deficiência e garantindo seu acesso ao ensino regular com vistas a reduzir as desigualdades, a valorizar a diversidade e a equidade. A Educação Especial apontada no documento apresenta que as matrículas de estudantes deficientes vêm crescendo no ensino regular no Município de Lauro de Freitas, conforme dados expressos na Tabela 1, quanto à matrícula de estudantes deficientes nas etapas de Anos Finais do Fundamental II.

Atendendo às expectativas nacionais, o aumento do movimento de inclusão é atribuído à implantação, em 2009, do Núcleo de Educação Especial, o órgão norteador das políticas da educação inclusiva no município e que, em 2014, tornou-se Divisão de Educação Especial, em atenção ao crescimento das suas ações. O documento, indica a taxa de crescimento de 273,78% na educação especial em relação a matrícula nas diversas etapas e modalidades da educação básica, demonstrando que a Rede Municipal se destaque como maior detentora da oferta desta modalidade.

Os resultados entre as etapas aqui em estudo mostra o crescimento nas matrículas de estudantes na modalidade Educação Especial entre 2007 e 2014 no Ensino Fundamental II - Rede Municipal, de 136 para 542 estudantes.

Tabela 1 - Matrícula Inicial por Nível, Modalidade de Ensino e Dependência Administrativa - Lauro de Freitas, 2007 a 2014

Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (estudantes de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)
	Creche	Pré-Escola	1º a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	
ANO	2007										
Estadual	0	0	613	2133	3871	0	1306	2285	0	125	0
Municipal	686	2915	14133	10845	0	0	1363	0	0	0	136
Privada	232	759	1161	1291	551	0	0	0	0	0	27
Total	918	3674	15907	14269	4422	0	2669	2285	0	125	164
ANO	2010										
Estadual	0	0	0	2035	4623	0	839	2301	0	0	0
Municipal	844	2507	12681	8463	0	0	3359	0	63	0	183
Privada	93	915	1759	1860	1033	0	0	0	0	0	9
Total	937	3422	14440	12358	5656	0	4198	2301	63	0	192
ANO	2013										
Estadual	0	0	0	1766	5120	119	726	2298	0	0	9
Municipal	1561	3004	10649	8549	0	0	2850	0	0	0	321
Privada	247	1419	3406	2248	1395	0	0	0	0	0	32

Total	1808	4423	14055	12563	6515	119	3576	2298	0	0	362
ANO	2014										
Estadual	0	0	0	1509	5313	141	477	2078	0	0	6
Municipal	1847	2711	10165	8451	0	0	3372	0	0	0	542
Privada	406	1846	4180	2882	1731	1848	0	0	0	0	65
Total	2253	4557	14345	12842	7044	1989	3849	2078	0	0	613

Fonte: MEC/ INEP, Censo Educacional.

A análise desta tabela propõe algumas reflexões, a saber: Com o avanço das políticas de inclusão a partir do Decreto Municipal nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em seu Artigo 2º inciso IX, garante o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (Brasil, 2007) e pelas ações apresentadas pelo Núcleo de Educação Especial e fundamentadas na legislação, seguindo a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008)⁴, registra-se que em 2007 matricularam-se 136 estudantes com deficiência (Brasil, 2008a).

Assim como o próprio PME de Lauro de Freitas entende que ainda é necessário um amplo investimento para ampliação de acesso aos estudantes com deficiência a um ensino de qualidade. O documento aponta que o Município dispõe de suportes oferecidos ao público com algum tipo de deficiência nas escolas regulares por meio de projetos inovadores específicos da educação inclusive, potencializados em 2014, conforme explicita o PME:

São voltados a todos os envolvidos no processo, como professores, funcionários da educação, coordenadores, diretores, famílias, cuidadores, estudantes e a sociedade, porém ainda existem aspectos que precisam ser revistos e a necessidade de maiores investimentos (Lauro de Freitas, 2015, p. 73).

⁴ POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (Brasil, 2008a, p. 8).

Entre eles destaca-se: Inclusão Começa em Casa: propõe encontros mensais com psicólogos para informar, acolher e orientar como proceder e dar continuidade ao trabalho e aceitação da família.

Plantão da Inclusão: busca promover a formação de professores, coordenação, direção, merendeira, porteiro e familiares num período de 2 horas que ocorrem em um dia como uma “roda de conversa”. Conduzida por especialistas na área, tendo como objetivo, informar sobre temas relacionados à inclusão, sanar dúvidas e promover a melhoria de práticas com os discentes.

Cadê você PCD (Pessoa com Deficiência)?: trata-se de um estudo na busca identificar e matricular pessoas com deficiência em idade escolar e que estão fora da escola, garantindo um acompanhamento e suporte na inclusão escolar.

Escola Acessível: Programa do Ministério da Educação que disponibiliza verbas e investimento nas escolas, “buscando fazer uso da forma ideal e necessária de acordo com o seu alunado com deficiência.” Com esse programa foi possível a implementação da estrutura de atendimento educacional especializado no município disponibilizando salas de recursos multifuncionais, professores especialistas na área e cuidadores.

Importante refletir com intuito de que a escola seja de fato inclusiva, Lopes *et al.* (2018) apontam que é necessário um envolvimento significativo, tanto no desenvolvimento do educador quanto na colaboração entre os demais componentes da rede de apoio, como a família, a comunidade e as instâncias administrativas, em uma dinâmica direcionada para o cuidado e a atenção do estudante nas classes regulares.

4.2 AS DIRETRIZES E PERCURSO ORGANIZATIVO PARA A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA CLASSE REGULAR NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

O sistema de ensino da Rede Municipal segue como referencial o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei federal nº 13.146/2015) que em seu art. 27 dispõe que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades

físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015, p. 19).

Entendendo que a Educação Especial não se constitui e sim integra o Sistema municipal de ensino, bem como perpassa por todas as etapas da escolarização, se faz necessário haver um planejamento e um direcionamento das ações a serem aplicadas no âmbito da implementação, acompanhamento e avaliação, como afirma Palácio (2019):

Para desenvolver um bom trabalho diariamente se fez necessário conhecer bem seus estudantes, seus anseios, dificuldades e competências e habilidades para assim traçar um diagnóstico de cada um e elaborar um planejamento ajustando a sua clientela; integrando conteúdos, metodologias respeitando os pré conhecimentos que cada um tem (Palácio, 2019, p. 57).

Almeida (2016, p. 41) destaca que planejamento é um tema atrelado à gestão educacional e que se apresentam úteis uma vez que evita aos gestores a “improvisação na execução das ações e programas educacionais, bem como desperdícios de recursos financeiros”.

Pensando nessa organização do cotidiano dos estudantes com deficiência na classe regular do Município de Lauro de Freitas, o Ato Administrativo foi publicado no Diário Oficial do Município, em 29 de julho de 2022 p. 30 - Ano X - Nº 2315, destinado a direcionar o desempenho dos Gestores, Secretários Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores.

Nesse contexto, o documento intitulado “Orientações Sobre o Percorso Organizativo a ser Percorrido para o/a Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino, em Todos os Segmentos Dentro Da Unidade Escolar” traz considerações sobre as especificidades inerentes a esse público alvo tais como: normativas sobre o direito ao acesso e permanência na classe regular, ao processo de aprendizagem, com a diminuição das barreiras para o acesso às informações e as metodologias, a fim de garantir o desenvolvimento do estudante com deficiência presentes numa sala de aula e diante de um currículo comum.

O documento foi dividido em 13 ações a serem aplicadas de acordo com as seguintes atribuições:

Ações 1 a 4: são orientações para Gestores e Secretários Escolares que normatizam as matrículas, recebimento e envio de relatórios médicos e históricos de outras escolas frequentadas pelo estudante.

Ações 5 a 12: envolvem as orientações para coordenação e professores e trata desde a entrevista com as famílias, acolhimento do estudante, as observações do cotidiano e diálogos

com especialistas até o desenvolvimento do Plano Educacional individualizado (PEI) para que o/a estudante possa ter seu currículo integrado ao da sua turma e as estratégias didático-metodológicas traçadas;

Ação 13: propõe que o docente se torne um pesquisador para preencher as lacunas e inquietações existentes a fim de promover o crescimento dos agentes da comunidade educacional.

As ações 8 e 9 do documento são específicas para a adaptação curricular, mas que apesar de não explicar como ocorre essa adaptação na prática, prevê que o estudante pode ter seu currículo integrado ao da sua turma, adaptando-o a fim de que diminua as barreiras que impedem o seu aprendizado e desenvolvimento. Também propõe a integração de metodologias ativas, múltiplas linguagens e as habilidades do estudante sugerindo que, no domínio delas, o estudante deficiente troque saberes, construa com coletivo, e tornem-se protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

É perceptível que as ações apresentadas têm o propósito, como afirma Palácio (2019), de transformar a escola em um local democrático que permite a frequência de todos de maneira digna, tendo as suas limitações respeitadas, mas que por outro lado como apresenta Machado e Falsarella (2020) é preciso garantir que os estudantes consigam permanecer na escola e que a sua trajetória escolar siga sem interrupções.

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia auxilia o realizar da pesquisa e é segundo Gil (2002, p. 17) “desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica”. Assim, ao se estabelecer o método, definir a natureza da pesquisa e a abordagem utilizada, busca-se definir quais serão os procedimentos para a coleta de dados e como estes serão analisados, para que atendam à questão problema e o objetivo geral.

5.1 NATUREZA DA PESQUISA

A Pesquisa é Aplicada pois conforme Gil (2002) voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica assim, no caso em estudo, em relação à educação especial na rede municipal de Lauro de Freitas, utilizando como referência o Plano Municipal de Educação.

Como natureza, tem-se a perspectiva descritiva, pois como aponta Chizzotti (2008) descreve a observação direta dos componentes, suas particularidades, ações, significados e sintonia com suas relações interpessoais e sociais, bem como suas atitudes e comportamento diante da realidade. Busca-se ainda através da descrição dos dados, informar sobre as técnicas, as reflexões de campo e as situações vividas (percepções, hesitações, interferências, conflitos, empatias etc.).

Conforme Lüdke e André (2013), entende-se que o material obtido na pesquisa é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos. Nesta pesquisa, a participação das pessoas será evidenciada por meio de entrevistas e depoimentos de professores que tiveram experiência na prática do ensino da Educação Física e o processo de inclusão do Estudante com deficiência. A pesquisa documental será constituída por extratos de documentos como Leis, Decretos, Diretrizes que descrevem o contexto histórico e cronológico da Educação Inclusiva, a fim de proporcionar o estudo e trazer subsídios para responder à questão problema.

5.2 ABORDAGEM

A Educação Escolar representada como um direito social e como instrumento que alicerça uma sociedade justa, apresenta a Educação Especial como uma modalidade do ensino da Educação Básica. Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa conforme Chizzotti (2008) traduz uma relação dinâmica entre o mundo real representada pelo cotidiano da Educação especial e o que dispõe as políticas públicas e diretrizes para a inclusão do estudante com deficiência no ensino regular e como.

Na coleta e descrição dos dados obtidos a partir dos documentos regulatórios, normativos e delineadores das políticas da Educação Especial e Inclusiva e do ensino da Educação Física, busca-se ainda, segundo Chizzotti (2008), captar o universo das percepções e das emoções apresentadas pelos gestores, coordenadores e professores, enquanto sujeitos da pesquisa, os quais estão envolvidos e ambientados no processo de inclusão dos estudantes com

deficiência na rede regular de ensino. O estudo possibilita conhecer as interpretações sobre o cenário de representatividade da Educação Especial na inclusão desses estudantes, que podem estar atrelada no contexto da gestão ou pedagógico e como estão refletindo no cotidiano escolar no Município de Lauro de Freitas a partir de uma percepção do ensino da Educação Física.

5.3 MÉTODO DE ESTUDO DE CASO

O método utilizado é o estudo de caso, pois como aponta Yin (2015) a pesquisa irá contribuir para o conhecimento o contexto da educação especial, um fenômeno da vida real e representado pelo processo de inclusão dos estudantes com deficiência do ensino fundamental II, na rede municipal de Lauro de Freitas - Ba, sob a perspectiva do ensino da Educação Física, como sendo uma manifestação concreta, permitindo o amplo e detalhado conhecimento holístico da realidade.

A escolha do método para esse estudo, confere uma confiabilidade à pesquisa e orienta na condução da coleta de dados. Para tanto, será realizado um detalhamento do trabalho segundo as determinações do protocolo proposto por Yin (2015).

5.3.1 Protocolo para estudo de caso

A pesquisa nasce do olhar docente, em atuação enquanto professora de Educação Física do ensino Fundamental II uma das unidades escolares da Rede Municipal de Lauro de Freitas. Observou-se que algumas normativas dispostas nos documentos regulatórios, abrangendo desde a estrutura escolar, a formação de docentes até as diretrizes que promovem a inclusão de estudantes com deficiência, apresentam lacunas quando está disposta a implementação da Educação Especial no ensino regular. Dessa inquietação formula-se a questão problema: “Como contribuir para a inclusão do estudante com deficiência no processo de planejamento da Rede Municipal em Lauro de Freitas, na perspectiva do ensino da Educação Física?”.

A aula de Educação Física pode ser um espaço importante para promover a inclusão e garantir a efetividade das políticas públicas dispostas para a Educação Especial, dada as atribuições quanto à diversidade de conteúdos referentes à cultura corporal de movimento, que podem ser explorados em um contexto lúdico e formativo. Diante do exposto, apresenta-se

como objetivo geral da pesquisa compor subsídios orientadores para a estrutura de instrumento de planejamento da Rede Municipal de Educação em Lauro de Freitas, quanto à inclusão do estudante com deficiência na perspectiva do ensino da Educação Física.

O alcance do objetivo geral perpassa pela análise de algumas etapas a serem alcançadas e determinadas pelos seguintes objetivos específicos: Caracterizar o ensino da educação física para a educação especial no município de Lauro de Freitas através das diretrizes para o processo inclusivo na etapa do ensino fundamental II, no período de vigência do Plano Municipal de Educação 2015/2025; Analisar o processo de planejamento da rede municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos e pedagógicos, concernentes à inclusão do estudante com deficiência; Compreender o desempenho dos Projetos Plantão da Inclusão e Escola Acessível no município de Lauro de Freitas, quanto ao atendimento aos estudantes com deficiência.

5.3.2 Objeto de estudo

A pesquisa apresenta como objeto de estudo a inclusão de estudantes com deficiência no ensino fundamental II na rede de ensino municipal de Lauro de Freitas.

5.3.3 Locus da Pesquisa

O município de Lauro de Freitas situa-se na região metropolitana de Salvador-Ba, foi emancipado em 31 de julho de 1962, possui área de quase 60Km² e população de 203.331 habitantes (IBGE, 2022). É dividido em zonas para fins de planejamento urbano nominadas, a saber: Itinga, Portão, Vilas do Atlântico, Areia Branca, Cají-Picuaia, Centro e Ipitanga.

O processo de municipalização foi finalizado a partir de 2007 e após esse período, o município assumiu todas as matrículas do ensino fundamental II. No total, o Município possui 78 escolas públicas, abrangendo os níveis de escolaridade da educação infantil e fundamental I e II.

As escolas segundo Lei Ordinária Nº 1375, do Município de Lauro de Freitas, publicada em 23 de junho de 2010, que dispõe sobre a redação, alteração e consolidação das leis que versam sobre o estatuto e o plano de carreira e remuneração do magistério público do Município de Lauro de Freitas, apresenta a tipologia das escolas assim classificadas segundo seu porte

conforme censo escolar do ano anterior: Pequeno Porte (PP): Escolas que possuem até 400 estudantes matriculados; Médio Porte (MP): Escolas que possuem entre 401 a 700 estudantes matriculados; Grande Porte (GP): Escolas que possuem entre 701 a 1100 estudantes matriculados; Porte Especial (PE): Escolas que possuem acima de 1100 estudantes matriculados (Lauro de Freitas, 2010).

O *locus* da pesquisa envolve as cinco escolas da Rede Municipal de Lauro de Freitas que atendem o ensino fundamental II e estão localizadas na região central da cidade. Serão fornecidos os dados extraídos do InepData (INEP, 2023), apresentando ainda dados do período de vigência do PME (2014-2023). Será dada ênfase ao contexto da educação especial como uma modalidade de ensino.

5.3.3.1 Escola Municipal Gregório Pinto de Almeida - código do Inep 29404150

É uma escola de pequeno porte, segundo a Lei Ordinária Municipal nº 1375/2010, pois tem entre 50 e 200 matrículas de escolarização e atende o Fundamental II como etapa de ensino. Está localizada em área urbana, na Rua Vitoria da Conquista, S/N Vila Praiana, Lauro de Freitas, BA.

A escola possui um total de 7 técnicos administrativos, sem discriminação das funções exercidas. Segundo dados do censo escolar, em 2022 a escola possuía um quadro composto por 21 professores, porém, no ano de 2023 não foi informado o quantitativo de docentes. Sobre as matrículas os dados são apresentados na Tabela 2 e sobre a infraestrutura, os dados são apresentados na Tabela 3 para as etapas do Fundamental II e Educação Especial. Esses dados foram obtidos através dos censos realizados entre 2014 e 2023 e que são relevantes ao contexto da pesquisa.

Tabela 2 - Dados sobre as matrículas por ano e etapas de ensino escola Gregório Pinto de Almeida - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE MATRÍCULAS POR ANO E ETAPAS DE ENSINO											
Etapa \ Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Fundamental II	298	335	244	240	157	112	125	139	138	171	
Educação Especial	0	0	0	19	14	34	45	104	110	31	

Fonte: QEdu, 2024.

Tabela 3 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Gregório Pinto de Almeida - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

(continua)

DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA POR ANO E ETAPAS DE ENSINO										
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Infraestrutura										
ACESSIBILIDADE										
Escola c/ acessibilidade	-	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Dependências c/ acessibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sanitários c/ acessibilidade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela 3 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Gregório Pinto de Almeida - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

(conclusão)

DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA POR ANO E ETAPAS DE ENSINO										
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Infraestrutura										
ACESSIBILIDADE										
DEPENDÊNCIAS										
Sanitário dentro da escola	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Biblioteca	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Láb.de Informática	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Láb.de ciências	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sala de leitura	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Quadra de esportes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sala de atendimento especial	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS										
Internet	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Banda Larga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
DVD	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Impressora	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Copiadora	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Retroprojektor/projetor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
TV	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não

Fonte: QEdu, 2024.

5.3.3.2 Escola Municipal Ipitanga - código do Inep 29449324

É uma escola de médio porte, segundo a Lei Ordinária Municipal nº 1375/2010, pois tem entre 201 e 500 matrículas de escolarização e atende o Fundamental II como etapa de ensino. Está localizada em área urbana, Avenida Amarílio Thiago dos Santos, 37 Centro, Lauro de Freitas - BA. A escola possui um total de 8 técnicos administrativos, sem discriminação das funções exercidas. Segundo dados do censo escolar, em 2022 a escola possuía um quadro

composto por 21 professores, porém, o ano de 2023 não foi informado o quantitativo de docentes.

Sobre as matrículas os dados são apresentados na Tabela 4 e sobre a infraestrutura, os dados são apresentados na Tabela 5 para as etapas do Fundamental II e Educação Especial. Esses dados foram obtidos através dos censos realizados entre 2014 e 2023 e que são relevantes ao contexto da pesquisa.

Tabela 4 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino escola Ipitanga - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE MATRÍCULAS POR ANO E ETAPAS DE ENSINO											
Etapa	Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	Fundamental II		375	386	420	421	412	420	418	401	410
Educação Especial		0	0	0	8	16	15	15	17	15	14

Fonte: QEdu, 2024.

Tabela 5 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Ipitanga - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA POR ANO E ETAPAS DE ENSINO											
Infraestrutura	Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	ACESSIBILIDADE										
Escola c/ acessibilidade		-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Dependências c/ acessibilidade		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Sanitários c/ acessibilidade		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
DEPENDÊNCIAS											
Sanitário dentro da escola		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Biblioteca		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Láb.de Informática		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Láb.de ciências		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Sala de leitura		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quadra de esportes		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Sala de atendimento especial		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS											
Internet		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Banda Larga		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
DVD		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Impressora		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Copiadora		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Retroprojektor/projetor		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
TV		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: QEdu, 2024.

5.3.3.3 Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues - código do Inep 29178630

É uma escola de médio porte, segundo a Lei Ordinária Municipal nº 1375/2010, pois tem entre 201 e 500 matrículas de escolarização e atende o Fundamental II como etapa de ensino. Está localizada em área urbana, na Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/N Aracuí, Lauro de Freitas – Ba (Lauro de Freitas, 2010). A escola possui um total de 16 técnicos administrativos, sem discriminação das funções exercidas. Segundo dados do censo escolar, em 2022 a escola possuía um quadro composto por 17 professores, porém, o ano de 2023 não foi informado o quantitativo de docentes.

Sobre as matrículas os dados são apresentados na Tabela 6 e sobre a infraestrutura, os dados são apresentados na Tabela 7 para as etapas do Fundamental II e Educação Especial. Esses dados foram obtidos através dos censos realizados entre 2014 e 2023 e que são relevantes ao contexto da pesquisa.

Tabela 6 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino escola Itamar Oliveira Rodrigues - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE MATRÍCULAS POR ANO E ETAPAS DE ENSINO										
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Fundamental II	278	284	293	312	335	330	359	370	343	314
Educação Especial	0	0	0	9	11	16	21	19	18	13

Fonte: QEdu, 2024.

Tabela 7 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Itamar Oliveira Rodrigues - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA POR ANO E ETAPAS DE ENSINO										
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Infraestrutura										
ACESSIBILIDADE										
Escola c/ acessibilidade	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Dependências c/ acessibilidade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sanitários c/ acessibilidade	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
DEPENDÊNCIAS										
Sanitário dentro da escola	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Biblioteca	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Láb.de Informática	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não

Láb.de ciências	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Sala de leitura	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Quadra de esportes	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Sala de atendimento especial	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS										
Internet	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Banda Larga	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	-	-	Sim
DVD	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Impressora	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Copiadora	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Retroprojektor/projetor	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
TV	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: QEdu, 2024.

5.3.3.4 Escola Municipal Ana Lúcia Magalhães - código do Inep 29178665

É uma escola de médio porte, segundo a Lei Ordinária Municipal nº 1375/2010, pois tem entre 201 e 500 matrículas de escolarização e atende o Fundamental II Educação de Jovens e Adultos como etapa de ensino. A modalidade EJA não se caracteriza como objeto da pesquisa. Está localizada em área urbana, na Rua Mário Epinghaus, S/N Centro, Lauro De Freitas - Ba. A escola possui um total de 26 técnicos administrativos, sem discriminação das funções exercidas. Segundo dados do censo escolar, em 2022 a escola possuía um quadro composto por 27 professores, porém, o ano de 2023 não foi informado o quantitativo de docentes.

Sobre as matrículas os dados são apresentados na Tabela 8 e sobre a infraestrutura, os dados são apresentados na Tabela 9 para as etapas do Fundamental II e Educação Especial. Esses dados foram obtidos através dos censos realizados entre 2014 e 2023 e que são relevantes ao contexto da pesquisa.

Tabela 8 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino escola Ana Lúcia Magalhães - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE MATRÍCULAS POR ANO E ETAPAS DE ENSINO											
Etapa	Ano										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Fundamental II	298	335	244	240	157	112	125	139	138	171	
Educação Especial	0	0	0	19	14	34	45	104	110	31	

Fonte: QEdu, 2024.

Tabela 9 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Ana Lúcia Magalhães - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA POR ANO E ETAPAS DE ENSINO											
(continua)											

Ano										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Infraestrutura										
ACESSIBILIDADE										
Escola c/ acessibilidade	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Dependências c/ acessibilidade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Sanitários c/ acessibilidade	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
DEPENDÊNCIAS										
Sanitário dentro da escola	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Biblioteca	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Láb.de Informática	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Láb.de ciências	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Tabela 10 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino escola Ana Lúcia Magalhães - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

(conclusão)

DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA POR ANO E ETAPAS DE ENSINO										
Ano										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Infraestrutura										
DEPENDÊNCIAS										
Sala de leitura	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quadra de esportes	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sala de atendimento especial	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS										
Internet	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Banda Larga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	-	Sim	Sim
DVD	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Impressora	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Copiadora	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Retroprojektor/projetor	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
TV	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: QEdu, 2024.

5.3.3.5 Centro Educacional Municipal Fênix - código do Inep 29385628

É uma escola de grande porte, segundo a Lei Ordinária Municipal nº 1375/2010, pois tem entre 501 e 1000 matrículas de escolarização e atende o Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos como etapas de ensino e oferta outras atividades educacionais, a exemplo da atividade complementar, não especificada pelo Inep Data. As modalidades Fundamental I, EJA e as outras atividades ofertadas não se caracterizam como objeto da pesquisa. Está localizada em área urbana, na Rua São José, S/N Centro, Lauro de Freitas – BA (Tabela 9 e 10).

Tabela 11 - Dados sobre matrículas por ano e etapas de ensino Centro Educacional Municipal Fênix - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE MATRÍCULAS POR ANO E ETAPAS DE ENSINO											
Etapa	Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	Fundamental II		421	456	385	397	414	511	478	452	455
Educação Especial		0	0	0	13	18	17	25	27	21	24

Fonte: QEdU, 2024.

Tabela 12 - Dados sobre infraestrutura por ano e etapas de ensino Centro Educacional Municipal Fênix - Lauro de Freitas, 2014 a 2023

DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA POR ANO E ETAPAS DE ENSINO											
Infraestrutura	Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	ACESSIBILIDADE										
Escola c/ acessibilidade		-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Dependências c/ acessibilidade		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sanitários c/ acessibilidade		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
DEPENDÊNCIAS											
Sanitário dentro da escola		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Biblioteca		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Láb.de Informática		Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Láb.de ciências		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Sala de leitura		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Quadra de esportes		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sala de atendimento especial		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS											
Internet		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Banda Larga		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
DVD		Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Impressora		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Copiadora		Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Retroprojektor/projetor		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
TV		Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim

Fonte: QEdU, 2024.

5.3.3.6 Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da SEMED

O PME do Município de Lauro de Freitas, aponta que em 2009 foi implantado o Núcleo de Educação Especial, órgão norteador das políticas da educação inclusiva no município. O núcleo de trabalho criado pela Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas e

instituído como Núcleo de Educação Especial (NEE), tinha por objetivo, oferecer suporte pedagógico ao processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino da região (Lauro de Freitas, 2015). Uma equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas, era composta por: Especialista em Educação Especial, Fonoaudiólogo, Pedagogo, Psicopedagogos, Assistente Social e Psicólogos. Em 2014 cresceu e tornando-se Divisão de Educação Especial e em 2021 a passou a se chamar Departamento de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lauro de Freitas, 2023).

5.3.4 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa envolvem os coordenadores, professores de educação física que atuam nas cinco escolas e representantes da Divisão de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Suas contribuições serão para: A Secretaria de Educação do Município de Lauro de Freitas: abordar as políticas públicas e diretrizes orientadoras referentes à inclusão de estudantes deficientes no ensino regular; Coordenadores: tratar sobre o processo de formação, planejamento e orientações junto aos professores no percurso organizativo do estudante com deficiência no ensino regular, na etapa do Fundamental II; Professores de Educação Física: levantar informações sobre formação, planejamento e atuação com estudante deficiente nas aulas do componente.

Registra-se que tanto os professores quanto os coordenadores devem estar atuando nas escolas de Fundamental II, da região central de Lauro de Freitas, indicadas como *locus* da pesquisa.

5.3.5 Procedimentos para coleta de dados e informações

O acesso às escolas e Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da SEMED para a realização das visitas com vistas à obtenção das informações, será solicitado agendamento, mediante documentação expedida pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), após parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade.

Conforme regulamentação e em observância às Resoluções nº466/2021 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Pesquisa e Universidade do Estado da Bahia, na Plataforma Brasil, assim como os formulários dos instrumentos de coleta de dados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a Carta de Anuência das instituições pesquisadas.

Sob o registro CAAE: 84566524.4.0000.0057, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o qual aprovou a proposta sob o parecer nº 7.272.065

Sobre a estratégia para a coleta de dados, estes serão obtidos através da aplicação de questionário (APÊNDICE A) com os Coordenadores e Professores de Educação Física das cinco escolas localizadas na região central da cidade e de uma entrevista estruturada com o representante do Núcleo de Educação Especial da Semed.

Assim, a aplicação de questionário para os coordenadores envolve perguntas sobre a formação do profissional, tanto acadêmica quanto a formação oferecida pela SEMED. A análise sobre esse item, traduz o seu conhecimento acerca da inclusão de estudantes deficientes no ensino regular e se parte dessa formação foi através do que propõe o Projeto Plantão da Inclusão, permitindo avaliar o desempenho dessas ocorrências.

O item sobre o vínculo e tempo de serviço, oferece parâmetro para compreender se o profissional atende o período de vigência do PME. Entendendo a possibilidade da ocorrência de uma formação proposta pela Plantão da Inclusão, anterior a contratação profissional, pode-se então avaliar a continuidade do projeto proposto. Os dados avaliados sobre o projeto “Plantão da Inclusão” serão confrontados com os resultados das ações ocorridas e efetivadas pela SEMED.

Questionar sobre a presença ou não de estudante com deficiência na escola de atuação do coordenador, é um parâmetro para comprovar ou não o acesso ao ensino regular. Em caso positivo, são abordadas proposições sobre as orientações pedagógicas transmitidas ao professor, na inclusão de estudantes com deficiência no cotidiano das aulas e em acordo com a sua realidade.

A análise sobre as orientações traduz a utilização do documento intitulado Orientações Sobre o Percorso Organizativo a Ser Percorrido para o/a Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino, em todos os Segmentos dentro da Unidade Escolar, proposta como diretriz

da SEMED e referência das ações de planejamento e metodologias aplicadas ao estudante com deficiência.

A pesquisa pretende com os dados obtidos na análise dos questionários aplicados aos coordenadores, alcançar o objetivo específico de analisar o processo de planejamento da Rede Municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos e pedagógicos, concernente à inclusão do estudante com deficiência e o objetivo específico de compreender o desempenho do Projeto Plantão da Inclusão, quanto ao atendimento aos estudantes com deficiência.

A aplicação de questionário para os professores de Educação Física envolve perguntas sobre a formação do profissional, tanto acadêmica quanto à formação oferecida pela SEMED. A análise sobre esse item, também traduz o seu conhecimento acerca da inclusão de estudantes deficientes no ensino regular e de que maneira a formação ocorreu, se através do que propõe o Projeto Plantão da Inclusão, permitindo também avaliar o desempenho dessas ocorrências.

Questionar sobre a presença ou não de estudante com deficiência na escola de atuação do professor de Educação Física, é um parâmetro para comprovar ou não o acesso ao ensino regular. Em caso positivo, são abordadas proposições sobre o local em que ocorrem as aulas e as orientações pedagógicas transmitidas pelo coordenador, na inclusão de estudantes com deficiência no cotidiano das aulas e em acordo com a sua realidade.

A análise sobre as orientações traduz a eficiência do Projeto Escola Acessível com a adequação de um espaço adaptado para a realização das aulas prática de Educação Física. Reflete ainda sobre se o documento intitulado Orientações Sobre o Percorso Organizativo a Ser Percorrido para o/a Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino, em todos os Segmentos dentro da Unidade Escolar, proposta como diretriz da SEMED é repassado pela coordenação e se utilizado como referência das ações de planejamento e metodologias aplicadas ao estudante com deficiência.

Assim, a pesquisa pretende com os dados obtidos na análise dos questionários aplicados aos professores, alcançar o objetivo específico de situar o ensino da Educação Física para a Educação Especial no Município de Lauro de Freitas através das diretrizes para o processo inclusivo na etapa do ensino fundamental II e o objetivo específico de compreender o desempenho do Projeto Plantão da Inclusão e Escola acessível, quanto ao atendimento aos estudantes com deficiência.

A entrevista estruturada (APÊNDICE B), com representante da Divisão de Educação Especial da SEMED, apresenta características iniciais sobre o cargo em que ocupa, da formação acadêmica desse gestor, tempo de serviço, função e responsabilidades para Educação especial. Pretende-se com essas informações, compreender as responsabilidades desse setor da Secretaria quanto ao processo de planejamento com base na legislação disposta para a Educação Especial e à inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular.

Também é um meio para analisar se esse gestor tem conhecimento e formação acadêmica em licenciatura, capaz de compreender e entender a dinâmica do contexto escolar e inclusivo, a fim de contribuir com a elaboração das formações de profissionais da educação e das ações pedagógicas para o ensino regular inclusivo.

O dado a ser obtido na abordagem sobre tempo que exerce a função pode certificar sobre a continuidade e direcionamento das ações e projetos propostos pelo PME, como “O Plantão da Inclusão”, uma vez que, a troca de gestores podem ocasionar mudanças ou interrupções de percursos.

O roteiro da entrevista estruturada seguirá questionando sobre as ações voltadas para a Inclusão de estudantes com deficiência realizadas pela Divisão da Educação Especial entre 2014 e 2023 e o público da comunidade escolar que foi atendido. A apresentação das ações propostas e as que não estão propostas no PME, são importantes pois apontará se há um movimento da SEMED, em cumprir e assegurar o acesso do estudante deficiente ao ensino regular, como dispõem os documentos internacionais, nacionais e a legislação vigente.

Também é um caminho introdutório para as questões seguintes nas quais busca-se extrair do responsável pelo setor, o conhecimento acerca dos projetos o “Projeto Plantão da Inclusão” e o “Escola Acessível” enquanto estratégia, apresentada no PME, para a inclusão do estudante com deficiência no ensino regular.

Em caso positivo será solicitado que a gestão apresente os resultados obtidos e quais as escolas foram contempladas. Este dado será comparado com as respostas dos questionários aplicados aos Coordenadores e Professores de Educação Física das cinco escolas da região central do Município de Lauro de Freitas, a fim de comprovar se houve ou não reflexos dessas ações concernentes à inclusão dos estudantes deficientes na escola.

Por fim, a entrevista encerra questionando sobre as dificuldades enfrentadas e as contribuições que somaram para a realização das ações expostas. É um dado que pode revelar

tanto as causas que interferiram quanto as que não interferiram na realização dos projetos, quanto as que foram determinantes para o sucesso das ações proposta pelo PME.

Da triangulação dos dados obtidos pelos instrumentos acima descritos, pode surgir como um resultado desta pesquisa *Stricto Sensu* na modalidade profissional, nível Mestrado, tanto o encaminhamento de uma proposta ou disseminação de um modelo de intervenção como, subsídio orientador para inclusão de estudantes deficientes no ensino regular da etapa do Fundamental II.

5.3.6 Documentos como referência

5.3.6.1 Projeto Plantão da Inclusão

Conforme apresentado no PME de Lauro de Freitas, trata-se de uma das propostas de suporte oferecido ao público com algum tipo de deficiência nas escolas regulares. É direcionado a todos os envolvidos no processo, como professores, funcionários da educação, coordenadores, diretores, famílias, cuidadores, estudantes e a sociedade.

Foi pensado como um apoio diante das dificuldades, complexidade e desafios encontrados pelos professores. É iniciando por um processo de sensibilização e informação para, em sequência, fortalecer conteúdos e práticas da inclusão. Com a implantação deste projeto, profissionais vão até a escola para discutir o tema escolhido pela mesma, de acordo com a demanda que possui, sempre com a presença de um especialista no assunto. Realiza reuniões com a comunidade escolar para passar algumas informações sobre a temática, sanar dúvidas e oferecer dicas de trabalho. Com duração de 2 (duas) horas, seu o objetivo é apenas de informar e estimular os profissionais para melhorias das suas práticas.

5.3.6.2 Escola Acessível

É um projeto do programa do Ministério da Educação, com o intuito de promover a acessibilidade arquitetônica. Para contribuir no orçamento dos investimentos de acessibilidade de acordo com o Painel do MEC, 31 escolas estão fazendo parte do programa. Algumas escolas do município já são acessíveis, outras fizeram adaptações, mas a maioria requer, ainda,

investimentos para universalizar os banheiros adaptados, rampas, portas alargadas, bebedouros acessíveis. O PME torna-se imprescindível para dotar as unidades escolares de materiais e recursos pedagógicos específicos.

5.3.6.3 Documento orientações sobre o percurso organizativo a ser percorrido para o/a estudante com deficiência em classe regular de ensino, em todos os segmentos dentro da unidade escolar

Publicado no Diário Oficial do Município, em 29 de julho de 2022 p. 30 - Ano X - Nº 2315, o Ato Administrativo considera:

Que o processo de aprendizagem e desenvolvimento do/a estudante com deficiência segue especificidades dentro da pluralidade em uma sala de aula comum, mesmo diante de um currículo integrado para seu grupo. E ainda: o direito de aprendizagem e desenvolvimento para o público-alvo de educação inclusiva, como diminuição de barreiras para o acesso às informações e metodologias propostas para esse grupo escolar (Lauro de Freitas, 2022b, p. 30).

Apresenta orientações para que os Diretores/as, Secretários/as Escolares, Coordenadores/as Pedagógicos/as e Professores/as possam pensar na organização do cotidiano dos estudantes com deficiência na classe regular do Município de Lauro de Freitas afim de assegurar, com seus devidos instrumentos, a inclusão dos/as estudantes com deficiência na Rede Regular de Ensino de Lauro de Freitas.

Nesse contexto, o documento intitulado traz considerações sobre as especificidades inerentes a esse público-alvo tais como: normativas sobre o direito ao acesso e permanência na classe regular, ao processo de aprendizagem, com a diminuição das barreiras para o acesso às informações e as metodologias, a fim de garantir o desenvolvimento do estudante com deficiência presentes numa sala de aula e diante de um currículo comum.

O documento é dividido em 13 ações a serem aplicadas de acordo com as seguintes atribuições: Ações 1 a 4: são orientações para Gestores e Secretários Escolares que normatizam as matrículas, recebimento e envio de relatórios médicos e históricos de outras escolas frequentadas pelo estudante; Ações 5 a 12: envolvem as orientações para coordenação e professores e trata desde a entrevista com as famílias, acolhimento do estudante, as observações do cotidiano e diálogos com especialistas até o desenvolvimento do o Plano Educacional

individualizado (PEI) para que o/a estudante possa ter seu currículo integrado ao da sua turma e as estratégias didático-metodológicas traçadas; Ação 13: propõe que o docente se torne um pesquisador para preencher as lacunas e inquietações existentes a fim de promover o crescimento dos agentes da comunidade educacional.

As ações 8 e 9 do documento são específicas para a adaptação curricular, mas apesar de não explicar como ocorre essa adaptação na prática, prevê que o estudante pode ter seu currículo integrado ao da sua turma, adaptando-o a fim de que diminua as barreiras que impedem o seu aprendizado e desenvolvimento. Também propõe a integração de metodologias ativas, múltiplas linguagens e as habilidades do estudante sugerindo que, no domínio delas, o estudante deficiente troque saberes, construa com coletivo, e tornem-se protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

6 A DISCUSSÃO SOBRE O QUE REVELAM OS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Seguindo o protocolo do estudo de caso que tem como propósito alcançar os objetivos específicos da pesquisa, foi possível por meio da coleta de dados, caracterizar o ensino da educação física para a educação especial no município de Lauro de Freitas, utilizando como referência as diretrizes para o processo inclusivo na etapa do ensino fundamental, analisar o processo de planejamento da rede municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos e pedagógicos, concernentes à inclusão do estudante com deficiência e compreender o desempenho dos Projetos Plantão da Inclusão e Escola Acessível no município de Lauro de Freitas, quanto ao atendimento aos estudantes com deficiência.

Deste modo, em atenção ao objetivo geral estabelecido na pesquisa, é possível elaborar a composição de subsídios que orientem e estruturem os instrumentos de planejamento da Rede Municipal de Educação em Lauro de Freitas, a fim de assegurar a inclusão do estudante com deficiência no ensino regular na perspectiva do ensino da Educação Física. As discussões que apresentam as subseções a seguir detalham os dados obtidos e quais os foram objetivos alcançados:

6.1 O QUE SUGERE A SEMED E COMO ATUA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO

ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Em relação à reforma na organização e no funcionamento dos sistemas educacionais apontados por Furtado e Novaes (2009) a partir da Constituição Federal de 1988 e da nova LDB, lei nº 9.394/96, a coleta de dados realizada com o representante da Divisão de Educação Especial da SEMED revela que, o sistema municipal de educação de Lauro de Freitas vem organizando o seu sistema educacional tecendo ações e diretrizes repercutindo no processo de planejamento à inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular.

A entrevista estruturada (APÊNDICE B), com a representante do setor da SEMED, aconteceu de forma presencial após uma combinação de local e horário. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C), com toda a explicação sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, além de ser exigida a concordância com o termo. Ao iniciar análise das informações obtidas na entrevista, algumas dúvidas surgiram, mas foram debeladas através de uma das redes sociais, o *whatsapp*. Em nossa conversa, a representante da Divisão de Educação Especial indica que desde que passou a assumir o cargo em 2020, a Divisão passou a ser denominada Departamento de Inclusão da Pessoa com Deficiência. E a partir desse período que foi possível extrair dados, analisar a continuidade e direcionamento das ações e projetos propostos pelo Plano Municipal de Educação (PME), como por exemplo o “Plantão da Inclusão” e o “Escola Acessível”.

Com a seguinte formação acadêmica: graduação em psicologia e pedagogia, especialização em psicomotricidade e mestrado em educação, a gestora demonstra capacidade técnica para exercer a função, compreender e entender a dinâmica do contexto escolar inclusivo.

Compreende-se a responsabilidade do cargo como o de assegurar e criar políticas públicas, monitorar as ações que ocorrem no município de Lauro de Freitas, concernentes ao que está disposto na legislação em relação à Educação Especial e políticas públicas para a inclusão do estudante com deficiência.

Na concepção legal, entre os dispositivos estabelecidas pela SEMED, destaca-se a elaboração do Documento Orientador do Município (DOM) denominado “Percurso organizativo a ser percorrido para o/a estudante com deficiência em classe regular de ensino”, sendo publicado no Diário Oficial do Município de Lauro de Freitas, em 29 de julho de 2022

p. 30 - Ano X - Nº 2315, para todos os segmentos no âmbito da Unidade Escolar (Lauro de Freitas, 2022b).

Numa perspectiva pedagógica, apresentam-se algumas contribuições a exemplo das formações dos profissionais da educação, focados no combate, segundo a gestora, à cultura capacitista⁵.

Há uma estruturação de modelos formativos que se alinham a partir da escuta da comunidade escolar. Muitas vezes as escutas acabam partindo dos gestores quando solicitam apoio (cuidadores) e ao serem investigadas qual a real demanda, apontam à necessidade de formação tanto para os gestores, professores, coordenadores, secretários escolares e a família. Assim são elaboradas as formações, com temas escolhidos a partir dessas demandas.

Entre elas destaca-se as seguintes ações realizadas, o público-alvo atendido, a descrição da atividade desenvolvida, as escolas *locus* contempladas e carga horária:

- **Para professores e coordenadores**

O Departamento de Inclusão da Pessoa com Deficiência se mantém atento, tratando as requisições das escolas da rede com olhar pedagógico e suas orientações têm a finalidade de apoiar e qualificar a prática, o planejamento e avaliação dos educadores e coordenadores.

Entre as formações apresentadas na coleta de dados destacam-se:

- Formações sobre estratégias didático-metodológicas para incluir - Nesta formação o departamento percebeu que os professores tinham dificuldades de saber sobre as estratégias didáticas metodológicas adequadas para incluir (o que o professor teoriza e o que ele realmente faz). Traz, portanto, a uma parte teórica para desconstruir processos genéricos em relação a compreensão do que é inclusão, apresenta um estudo de caso para apresentar como exemplo de estratégia didático metodológica com planejamento pedagógico.

⁵ Entende-se por capacitismo, uma forma de discriminação da pessoa com deficiência conforme o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146 no Art 4º§1 como sendo, toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (Brasil, 2015).

Registro das Escolas *locus* contempladas: Escola Municipal Ipitanga (2022), Fênix (2022), Itamar (2022), Gregório (2023)

- Jornada Pedagógica 2021 - Tema: Educação: Um currículo para a Vida

Palestras sobre Inclusão (online) que ocorreram no evento:

- Para além do espaço físico: experiências didáticas inclusivas na pandemia - Carga horária: 2h
- Práticas corporais e inclusão no ambiente remoto - caminhos e transposições possíveis - Carga horária: 2h
- Inclusão: pesquisa científica e movimentos sociais- Carga horária: 2h

Aberta aos professores e coordenadores de todas as escolas do Município, de acordo com o interesse. Não há registro dos participantes desta atividade.

- Jornada Pedagógica 2022 - Tema: Educação pública, democracia e diversidade

Palestras sobre Inclusão (online) que ocorreram no evento:

- Democracia e agentes públicos na criação de políticas públicas inclusivas - Carga horária: 2h
- Meu aluno não fala, o que fazer? Práticas exitosas utilizando a comunicação alternativa - Carga horária: 2h

Aberta aos professores e coordenadores de todas as escolas do Município, de acordo com o interesse e não há registro dos participantes desta atividade.

- Jornada Pedagógica 2023 - Tema: Democracia, Justiça Social e Educação (acolhedora, crítica, emancipatória, cuidadosa, humanizadora, sustentável)

Minicurso (presencial) - Sensível olhar pensante e inclusivo: Instrumentalizando o Olhar Avaliativo - Essa formação propôs uma abordagem para ampliar o olhar inclusivo da equipe pedagógica das escolas municipais, promovendo atividade prática e reflexiva. É um exemplo de formação para orientar o processo avaliativo desconstruindo o olhar único em detrimento à uma visão mais humana onde é possível perceber as diferenças. Essa formação traz o Documento Orientador do Município (DOM) como uma referência para nortear o processo avaliativo, a partir dos relatos das famílias e equipe de saúde. Avaliando esses diversos pontos de vista formal e socioemocional, é possível para o professor traçar seus objetivos, elaborar um plano de ensino mais qualitativo que considere as funções corpóreas, executivas, autonomia, linguagem, aspectos verbal e não verbal, e aprendizagem - Carga horária: 3h.

Aberta aos professores e coordenadores de todas as escolas do Município, de acordo com o interesse e não há registro dos participantes desta atividade.

- Jornada Pedagógica 2024 - Tema: Currículo na Perspectiva da Educação Integral

Mesa temática sobre Inclusão (presencial):

- Currículo na perspectiva da educação especial e inclusiva - Carga horária: 50 min.

Aberta aos professores e coordenadores de todas as escolas do Município, de acordo com o interesse e não há registro dos participantes desta atividade.

Segundo a gestora, as formações sobre as Estratégias didático-metodológicas para incluir e o Instrumentalizando o Olhar Avaliativo são mais requisitadas, sobrepondo outras que tratam da Adaptação e Flexibilização Curricular e suas Diferenças e Desenho Universal de Aprendizagem.

- **Formação para coordenadores**

Direcionadas especificamente à coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental II, foram realizadas ações formativas em 2022, com intuito de implementar o que está disposto no Ato Administrativo Nº 2315 que dispõe sobre “Orientações sobre o percurso organizativo a ser percorrido para o/a estudante com deficiência em classe regular de ensino, em todos os segmentos dentro da unidade escolar”, como Documento Orientador do Município (DOM) relevante para assegurar, com seus devidos instrumentos, a inclusão dos/as estudantes com deficiência na Rede Regular de Ensino de Lauro de Freitas (Lauro de Freitas, 2022b).

De acordo com as informações apresentadas pela gestora do Departamento de Educação Especial, as formações ocorreram entre 2020 e 2024 tendo como temas centrais para a educação especial e inclusiva a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), o Documento Orientador do Município (DOM), o Projeto Político Pedagógico (PPP) e outros tópicos, no caso de demandas específicas.

A seguir, elenca-se alguns destaques relacionados às temáticas abordadas, que atenderam o ensino fundamental II:

- Documento Orientador do Município (DOM), publicado em 2022 - Carga horária da formação não divulgada e não foi disponibilizado o registro dos participantes das escolas nesta atividade.
- Instrumentalizando o Olhar Avaliativo, formação ocorrida em 2023- Carga horária não divulgada e não foi disponibilizado o registro dos participantes das escolas nesta atividade.
- Parâmetros para a Construção do PPP, formação ocorrida em 2024 - Carga horária não divulgada e não foi disponibilizado o registro dos participantes das escolas nesta atividade.
- Encontro com coordenadores da Educação básica, ocorrido em junho de 2024 (online), tendo como tema: A Educação Especial Inclusiva no PPP: dialogando com os nossos pares - Carga horária: 4hs.

Diante do exposto, é perceptível que o Departamento de Inclusão do município desenvolve ações importantes, com características semelhantes ao que propõe o “Plantão da Inclusão”, assumindo o compromisso de orientar e capacitar os profissionais da educação, relevantes para assegurar a inclusão de estudantes PCD no ensino regular. As atividades formativas possuem uma carga horária para capacitação pequena e atende de acordo com a demanda solicitada pela comunidade educacional.

Quando foi questionada sobre o projeto “Projeto Plantão da Inclusão”, a Diretora do Departamento de Educação Especial da SEMED afirma não ter conhecimento sobre este projeto. Revelando conhecer o PME (Lauro de Freitas, 2015), e o tem como referência para o conhecimento das metas previstas pelo documento, traçar as estratégias de ação e suprir as demandas solicitadas pelas escolas.

Partindo para uma análise estrutural dos prédios escolares e numa abordagem sobre investimento público voltados para modificação arquitetônica, o sucesso das ações propostas pelo projeto Escola Acessível, enquanto estratégia apresentada no PME na promoção da acessibilidade, depende da disponibilidade de recursos destinados à essa finalidade. A Gestora aponta que não houve recursos orçamentários e financeiros alocados para contemplar este objetivo e afirma que a Prefeitura Municipal buscou recursos e reformou, por exemplo, as

instalações do sanitário da Escola Gregório Pinto de Almeida, tornando-o acessível (Lauro de Freitas, 2015).

Ainda numa análise sobre os recursos orçamentários e financeiros que são destinados à inclusão, dados de 2018 e 2019 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mostram que algumas escolas da Rede Municipal de Lauro de Freitas receberam recursos através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), segundo relatórios analisados a partir de 2013 (FNDE, 2019).

Mesmo não tendo relação com a realização de grandes reformas estruturais que justifiquem a transformação do espaço como a ruptura das barreiras arquitetônicas, em 2018 a Escola Municipal Gregório Pinto de Almeida e em 2019 a Escola Municipal Ipitanga e o Centro Educacional Municipal Fênix, receberam recurso do PDDE ESTRUTURA/ PDDE ACESSIBILIDADE. Com a finalidade de contribuir com o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiados, a fim de garantir seu funcionamento e promover de melhorias na infraestrutura pedagógica e física mediante pequenos reparos, é perceptível que, se destinou um recurso ínfimo, a poucas escolas da Rede. Percebe-se, portanto, que ainda há lacunas para o acesso do estudante PCD no ensino regular, no que se refere a estrutura física, demonstrando uma fragilidade do Programa Escola Acessível, na complexidade que é incluir.

Entre outras atuações do Departamento de Educação Especial, a gestora apresentou o “caminhar da Rede Municipal de Educação de Lauro de Freitas” até 2024, como uma extensão dos trabalhos realizados. Assim, para a inclusão do estudante com deficiência em sala de aula comum, o setor promoveu a regularização do modelo de educação inclusiva vigente uma vez que, algumas instituições de ensino, funcionavam como escolas especiais ou com classes especiais no formato de creche, para o acolhimento do indivíduo PCD.

Também houve preocupação em promover a acessibilidade dos estudantes com deficiências visual, auditiva, física e intelectual, romper as barreiras atitudinais-sensoriais daqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e enriquecer o currículo dos discentes que possuem altas habilidades.

Diante do exposto e avançando no processo da inclusão, o Departamento procurou desenvolver a formação da comunidade escolar com objetivo de tornar o ambiente escolar inclusivo e assertivo no combate à cultura capacitista.

Atrelada à trajetória percorrida pela Rede Municipal de Educação de Lauro de Freitas, foi sinalizada pela Diretora que, ocorreu a publicação da Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 004, de 28 de novembro de 2024 (Lauro de Freitas, 2024a). As Diretrizes para a Educação Especial Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Lauro de Freitas estão dispostas nesse documento considerando o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, a Declaração Mundial de Educação para todos, a Declaração de Salamanca, Declaração da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, o Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação (Brasil, 2015).

A Resolução do CME nº 004/2024 caracteriza-se como um alicerce a mais para a inclusão no sistema de educação do município. Destaca-se, nesse documento normativo, o conceito, princípios e objetivos apresentados para a educação especial. Como a modalidade é ofertada, quais as especificidades do estudante da educação especial e inclusiva, de que modo ocorre o seu acesso ao ensino regular e às formas de atendimento, conforme disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei federal nº 13.146/2015), em seu art. 27 (Lauro de Freitas, 2024a; Brasil, 2015).

Segundo Palácio (2019) sendo a educação especial integrada ao sistema municipal, se faz necessário haver um planejamento e um direcionamento das ações a serem aplicadas no âmbito da implementação, integrar conteúdos, utilizar metodologias respeitando os pré-conhecimentos que cada um, acompanhar e avaliar. Sendo assim no campo pedagógico, importante para o processo de planejamento de ensino, a Resolução do CME nº 004/2024 dispõe ainda sobre a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Como o processo de avaliação dos discentes com deficiência, a organização e a operacionalização dos currículos, como irão ocorrer os registros de/da avaliação, certificação e o descritivo das competências adquiridas, sendo ainda considerados da temporalidade e a flexibilidade do ano letivo (Lauro de Freitas, 2024a).

Mantoan (2015) destaca que incluir é ensinar adotando uma pedagogia ativa, dialógica, interativa e integradora, explorar talentos, atualizar possibilidades e desenvolver predisposições naturais de cada estudante para assim alcançar o sucesso da aprendizagem. A autora afirma ainda que para ensinar sem excluir exige que o professor apresente os conteúdos

após estudo, atualização dos conhecimentos, diversificando e disponibilizando o conhecimento em diferentes ângulos, desafios e perspectivas.

Esse é um grande desafio pois muitos docentes não se sentem preparados para tal missão e que impactam o processo de planejamento.

Quanto a formação e atuação docente, destaca-se o Art.29 da Resolução do CME nº 004/2024 das Diretrizes para a Educação Especial Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Lauro de Freitas, sobre a necessidade de se ofertar aos professores e outros profissionais que se encontram em efetivo exercício no ensino regular, a formação continuada em Educação Especial Inclusiva ou em temas relacionados à implementação (Lauro de Freitas, 2024). No entanto vale ressaltar que segundo Mantoan (2015) não deve ocorrer de forma fragmentada, instrucional e nem aplicando esquemas de trabalho pedagógicos pré-definidos. Segundo a autora, formar professor na perspectiva da educação inclusiva implica em ressignificar seu papel assim como o da escola, da educação e das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino em todos os níveis.

Quando das disposições gerais e transitórias, salienta-se o Art. 37 (do CME nº 004/2024), o qual dispõe que as escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Educação devem conhecer a demanda de estudantes com deficiência ou altas habilidades/superdotação, mediante a criação de sistema de informações e registro das demandas atendidas e não atendidas pela escola e todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo dos educandos. (Lauro de Freitas, 2024).

A criação de um sistema de informações e registros é apontada pelo artigo como uma fonte para conhecer as demandas desses estudantes e evidenciar as necessidades que a Rede de Ensino possui para garantir sua inclusão no ensino regular. Porém, entre 2014 e o primeiro semestre de 2020, período anterior à admissão da atual gestora, não há registros dos legados e do público da comunidade escolar atendido.

6.2 ATUAÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS ÀS DETERMINAÇÕES DA SEMED

Mudar a escola e o ensino exige uma reorganização pedagógica segundo Mantoan (2015) implicando em abrir espaço para a cooperação, o diálogo, a solidariedade exercitando o

senso crítico por parte de toda comunidade escolar. No que concerne à sua atuação, segundo o Guia de Apoio ao Desenvolvimento Profissional de Coordenadores(as) Pedagógicos(as) (Brasil, 2025), ocorre de diversas formas:

Junto à direção escolar, no planejamento e acompanhamento do cotidiano escolar; na implementação do Projeto Político Pedagógico, elaborado em parceria com a comunidade escolar; na interlocução com equipes docentes e técnicos da Secretaria de Educação; na formação docente em serviço; na mediação com as famílias; e no acompanhamento das aprendizagens dos(as) estudantes (Brasil, 2025, p. 8).

O contato com os coordenadores pedagógicos das 5 (cinco) escolas do Município de Lauro de Freitas, e *locus* da pesquisa, ocorreu de forma virtual, através do *Google form*, uma vez que essa fase do cronograma da pesquisa culminou com o final do ano letivo escolar de 2024. O link foi divulgado para os coordenadores via comunicação por *Whats app* e e-mail e ao clicar no link, o participante acessou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C), com toda a explicação sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, além de ser exigida a concordância com o termo antes de ter acesso às questões. Essa concordância funcionou como a assinatura do TCLE. Dos 5 sujeitos, apenas 1 indivíduo não aceitou participar da pesquisa e não respondeu o questionário.

Em atenção aos dados obtidos nas respostas dadas pelos sujeitos de pesquisa, verifica-se que corroboram com diversas informações entre elas, sobre o aumento das matrículas na Rede Municipal de Lauro de Freitas, pois ao serem questionados sobre a presença de estudantes com deficiência no ensino regular na escola de atuação, 100% das respostas comprovam esse acesso.

Diante dessa demanda, é necessário ter profissionais formados para atender as especificidades dos estudantes, planejar as ações inclusivas e acolhê-los na classe comum. Portanto, sobre a formação dos coordenadores pedagógicos, os dados mostram que o contato com a temática sobre a inclusão de estudantes deficientes no ensino regular ocorreu no âmbito pedagógico e acadêmico nas etapas de licenciatura e na especialização, demonstrando que esses profissionais têm capacidade para exercer a função, compreender e orientar a dinâmica pedagógica do contexto escolar inclusivo.

Considerando o vínculo e tempo de serviço, todos atendem o período de vigência do PME e o período formativo apresentado pela Diretora do Departamento de Inclusão da Pessoa

com Deficiência da SEMED. Sobre essas formações, os dados revelam que somente metade dos entrevistados já participaram de alguma atividade formativa, com carga horária variando entre 8 e 30 horas e apresentando como proposta temática a educação inclusiva e diálogos sobre inclusão.

No que concerne às formações, as respostas apresentadas pelos coordenadores reafirmam, em parte, os dados obtidos na entrevista com a Gestora do Departamento de Inclusão. A ação sobre Estratégias didático-metodológicas para incluir, que se assemelha ao Projeto Plantão da Inclusão descrito no PME (2015), por exemplo, alcançou 4 das 5 escolas lócus da pesquisa tais como: Escola Municipal Gregório Pinto de Almeida, Centro Educacional Municipal Fênix, Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues e Escola Municipal Ipitanga.

Entre outras formações realizadas pela SEMED para os coordenadores pedagógicos fundamental 2, destaca-se uma, com abordagem sobre o Documento Orientador do Município. A ação descreve a utilização do documento intitulado Orientações Sobre o Percorso Organizativo a Ser Percorrido para o/a Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino, em todos os Segmentos dentro da Unidade Escolar e tem por objetivo, formar/orientar o Coordenador para o entendimento, disseminação e divulgação dessas diretrizes aos professores das unidades escolares.

Na análise dos dados obtidos sobre quais as orientações pedagógicas para a inclusão de estudantes com deficiência no cotidiano das aulas, os dados traduzem que foram assimiladas e transmitidas ao professor:

- Adaptar atividades e avaliações (teórica) - 100%;
- Elaborar do Plano Educacional Individualizado (PEI) - 75%;
- Envolver os alunos nas aulas e adaptando à sua limitação - 75%;
- Compreender sobre deficiência e as potencialidades que podem ser exploradas nos estudantes - 75%;
- Elaborar de materiais acessíveis de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência - 75%.

As respostas apontam que o documento orientador, necessário para direcionar as ações de planejamento e metodologias aplicadas ao estudante com deficiência, apesar de atender

grande parte das demandas pedagógicas inclusivas, não é utilizado em sua totalidade. Revelando a adaptação de atividades e avaliações como principal meio de incluir o estudante com deficiência na classe regular.

Na perspectiva da coordenação pedagógica, o processo de planejamento da Rede Municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos, demonstram que ainda há o desconhecimento sobre o que é determinado pelas políticas públicas vigentes para garantir o processo inclusivo.

6.3 COMO AS DIRETRIZES E AS AÇÕES SOBRE INCLUSÃO ALCANÇAM O COTIDIANO ESCOLAR DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As diversas intencionalidades e expressões para o movimento que estão incorporadas nos conteúdos didáticos da Educação Física, quando elegem a cidadania como eixo norteador (Darido *et al.*, 2001) e contextualizadas em uma dimensão afetiva, tornam o jogo, as brincadeiras o esporte, a dança, a ginástica e a luta, em uma experiência prazerosa (Darido; Souza Júnior, 2012 p. 35).

Numa discussão, Silva (2022, p. 39), proporciona um debate sobre como tornar exequível no contexto escolar, o viés inclusivo, as estratégias e políticas que garantem o desenvolvimento de instituições e organizações escolares que apoiam as diferenças. A autora destaca três dimensões: cultura inclusiva, políticas inclusivas e práticas pedagógicas inclusivas. Sugere a necessidade de articular os valores e atitudes que estão presentes em determinado momento histórico para a percepção dos aspectos excludentes (cultura inclusiva) para desenvolver políticas inclusivas que normatizem os valores apreendidos e como se orquestram nas práticas pedagógicas de inclusão.

Trazendo essas duas referências para a perspectiva do ensino da Educação Física como elemento no processo inclusivo, realiza-se a análise de dados obtidos com questionário aplicado aos professores do componente nas 5 (cinco) escolas lócus da pesquisa do Município de Lauro de Freitas. Assim como foi procedido com os coordenadores, contato com esses sujeitos ocorreu de forma virtual, por meio do *Google form*, uma vez que essa fase do cronograma da pesquisa culminou com o final do ano letivo escolar de 2024. O link foi divulgado para os professores via comunicação por *Whats app* e ao clicar no link, o participante acessou o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C), com toda a explicação sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, além de ser exigida a concordância com o termo antes de ter acesso às questões. Essa concordância funcionou como a assinatura do TCLE. Dos 8 sujeitos, apenas 2 indivíduos não aceitaram participar da pesquisa e não responderam o questionário.

Questionados sobre a formação acadêmica desses sujeitos, a pesquisa aponta que dos 6 (seis) professores de Educação Física entrevistados, 1 (um) tem nível de licenciatura, 1 (um) nível de mestrado e 4 (quatro) possuem nível de especialistas. Mostra ainda que o contato com a temática sobre a inclusão de estudantes deficientes no ensino regular ocorreu para todos no tempo formativo acadêmico, nas etapas da graduação e na especialização. Mesmo demonstrando capacidade quanto à formação para exercer a função de professor, compreender e conduzir a dinâmica de sala de aula no contexto escolar inclusivo, ainda há professor que não se sente capacitado para lidar com os estudantes com deficiência.

Ressalta-se que quanto ao vínculo e tempo de serviço no Município, todos os professores atendem ao período de vigência do PME (2015) e ao período formativo apresentado pela SEMED. Portanto, no que concerne à formação oferecida pela SEMED, nenhum professor participou das temáticas apresentadas pelo Departamento de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A análise sobre esse item, traduz que apesar do conhecimento acerca da inclusão de estudantes deficientes no ensino regular, a formação ocorreu fora do que se propõe o Projeto Plantão da Inclusão.

Sobre a presença ou não de estudante com deficiência na escola de atuação do professor de Educação Física, 83% dos professores responderam que atendem aos estudantes com deficiência, comprovando que o acesso ao ensino regular na Rede Municipal está de fato ocorrendo. Nesse cenário, se existem estudantes com deficiência na sala de aula comum, os professores foram questionados sobre a adequação do local em que ocorrem as aulas práticas e as orientações pedagógicas transmitidas pelo coordenador, para incluir estes estudantes com deficiência no cotidiano das aulas e em acordo com a sua realidade.

Sobre o espaço físico para a realização de atividades físicas, 50% dos docentes ministram aula em quadras poliesportivas e os outros 50% ministram em pátios, área verde e outros locais. Questionados sobre a acessibilidade desses espaços, 66,7% afirmam que são acessíveis à prática de estudantes com deficiência e 33,3% não são. Sobre as modificações

realizadas para torná-los acessíveis, 33,3% responderam que sim. Ressalta-se que as mudanças contemplaram espaços que já eram acessíveis à prática de atividades físicas, não estão relacionadas às modificações apontadas pela Diretora do Departamento de Inclusão e nem ocorreram pelo programa Escola Acessível.

Dados de 2018 e 2019 do FNDE mostram que os recursos do PDDE ESTRUTURA/ PDDE ACESSIBILIDADE recebidos pelas Escolas Municipal Gregório Pinto de Almeida, a Escola Municipal Ipitanga e o Centro Educacional Municipal Fênix para o investimento nas áreas destinadas à prática de esportes e atividades física, traduzem a ineficiência do Projeto Escola Acessível no que concerne à acessibilidade para a realização das aulas práticas de Educação Física.

Sobre a metodologia aplicada ao ensino da educação física pelos profissionais da área, para a inclusão, a pesquisa revela que nas suas aulas práticas, todos os professores entrevistados procuram compreender sobre a deficiência, as potencialidades que podem ser exploradas no estudante com deficiência e os envolvem nas atividades, adaptando-as às suas limitações como principais meios de incluí-los na classe regular.

Os dados ainda mostram que nenhum professor quer seus estudantes com deficiência fora das aulas práticas, mas se estiver sob os cuidados dos auxiliares, ainda há quem deixa-o à vontade e conduz a aula com os demais para não atrapalhar os conteúdos.

Por outro lado, quando se reporta às atividades teóricas, todos acham necessária a realização de avaliações e a maioria realiza adaptações de atividades e avaliações, porém, nem todos os entrevistados efetivam as adequações necessárias para o aprendizado dos estudantes PCD. Pode-se atribuir essa carência, talvez pela falta de orientação da coordenação pedagógica uma vez que, os dados apontam que 60% recebem orientações da coordenação pedagógica para adaptar as suas aulas e atividades.

Sobre as orientações pedagógicas transmitidas pelo coordenador, a pesquisa apresenta um dado relevante: poucos professores de educação física participam da construção do Plano Educacional Individualizado (PEI). Esse fato, revela que o documento intitulado Orientações Sobre o Percurso Organizativo a Ser Percorrido para o/a Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino, disposto no processo de elaboração de estratégias, planejamento de ações, conhecimento do estudante, das suas potencialidades e limitações, não está sendo aplicado na sua totalidade.

No período da coleta de dados, ascendeu um novo olhar para o ensino da educação física, com implementação das diretrizes para a etapa do Fundamental através da II Resolução CME nº 006, de 23 de dezembro de 2024, que aprovou o Documento Curricular Referencial de Lauro de Freitas (DCRLF). É um documento complementar à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Lauro de Freitas e que estabelece orientações metodológicas das especificidades do Fundamental II (Lauro de Freitas, 2024b).

A Proposta Curricular da Educação Física Escolar no município de Lauro de Freitas é embasada numa construção coletiva que ocorreu através de consulta pública, na produção científica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Documento Curricular Referencial da Bahia, as Orientações Curriculares do Ensino Fundamental de Nove Anos e no Currículo Emergencial de Lauro de Freitas, construído pelos docentes da Rede no período pandêmico. Segundo o documento, a Educação Física Escolar deve contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida dos estudantes, incentivando a prática regular de atividades físicas e o desenvolvimento de hábitos saudáveis (Bahia, 2020).

Na perspectiva da inclusão, o documento indica que o componente curricular apresenta uma proposta pedagógica que valoriza a diversidade e a inclusão, reconhecendo as singularidades e potencialidades dos estudantes. O ensino deve ser oferecido de forma a atender à diversidade de características e necessidades dos estudantes com deficiência, garantindo o direito de participar das aulas de educação física, à prática de atividades físicas e esportivas, assegurando a possibilidade de adaptação para aqueles que apresentem restrições (Bahia, 2020).

Como estímulo às vivências corporais que proporcionem o prazer pela prática esportiva, a convivência harmoniosa, o respeito às diferenças e o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, é de se esperar que apresente nas dimensões pedagógicas de exequibilidade, a ampliação de acesso dos estudantes com deficiência ao ensino de qualidade atendendo à complexidade do tema.

Posto isso, a fim de caracterizar o ensino da Educação Física para a Educação Especial no Município de Lauro de Freitas e lançado o olhar para o processo de inclusão, a respostas dos questionários aplicados aos professores do componente, refletem, numa perspectiva pedagógica, que de fato as vivências corporais estão entre as atividades que estão sendo desenvolvidas pelos professores para incluir o estudante com deficiência e estão sendo

realizadas, na maioria das escolas *locus* da pesquisa, em pátios, área verde ou em outros locais não especificados e alguns ainda não possuem acessibilidade.

Considerando o entrelace das três dimensões apontadas por Silva (2023), quando o professor responde que envolve os estudantes PCDs nas atividades, entende-se que o docente precisa focar nos aspectos que promovem a exclusão, atitudes e valores para construção da cultura inclusiva, como aponta Silva (2023). Observa-se que os valores estão implícitos nas diretrizes vigentes no município através do que está posto nos documentos orientadores, que por sua vez estão embasados nas políticas internacionais e nacionais.

Apesar dos professores possuírem propriedade sobre o tema e atuarem numa perspectiva pedagógica positiva, a pesquisa aponta lacunas em alguma das dimensões. Na perspectiva pedagógica organizacional, arquitetônica e no planejamento, podem não estar oportunizando aos estudantes deficientes do ensino fundamental II, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, para seu aprimoramento como cidadão quando não há espaço adequado para ministrar aulas práticas e quando desconhecem as determinações dispostas nas diretrizes do município, como por exemplo na construção do PEI, fato que pode estar relacionado com a deficiência nas formações promovidas pela SEMED.

6.4 A ANÁLISE DO DIÁLOGO ENTRE OS SUJEITOS

Da triangulação dos dados obtidos pelos instrumentos acima descritos, a pesquisa permitiu alcançar um dos objetivos específicos pois, na entrevista com os docentes do componente curricular, foi possível caracterizar o ensino da Educação Física para a Educação Especial no Município de Lauro de Freitas através das diretrizes para o processo inclusivo na etapa do ensino fundamental II. Evidenciou assim que as vivências práticas se constituem como o principal meio para o processo de inclusão dos estudantes com deficiência, mas que na maioria das vezes acontecem em locais inadequados para a prática de atividades físicas e esportivas.

Revela ainda que há um déficit nas estratégias de planejamento, pois os professores demonstram desconhecimento ou não utilizam as normativas dispostas nos documentos orientadores e ministram aula em espaços improvisados e sem acessibilidade. Ressalta-se, portanto, que se esses documentos são embasados nas políticas internacionais e nacionais, nesse

contexto, é possível deduzir que o ensino da Educação física pode não estar oportunizando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes deficientes do ensino fundamental II.

O objetivo específico que buscou analisar o processo de planejamento da Rede Municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos e pedagógicos, concernente à inclusão do estudante com deficiência foi alcançado quando a pesquisa, revela que foram realizadas ações para reforçar as estratégias didático-metodológicas para o acolhimento, atendendo ao que está disposto nas políticas públicas nacionais e internacionais.

A publicação das Diretrizes para a Educação Especial e Inclusiva no sistema Municipal foi um marco importante para direcionamentos de ações para planejamento, uma vez que a pesquisa mostrou que ainda há o desconhecimento de coordenadores e professores, sobre o que é está posto pelas políticas públicas vigentes. A elaboração do Documento Orientador do Município (DOM) denominado Percorso Organizativo a Ser Percorrido para a/o Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino foi outro documento que repercutiu positivamente para o a efetivar um melhor acompanhamento e avaliação dos discentes com deficiência no ensino fundamental II. As diversas formações realizadas com professores, coordenadores e demais componentes da comunidade escolar proporcionaram a qualificação das suas práticas pedagógicas para inclusão e apesar de não ter alcançado todos os docentes, vem prosperando para a construção de processo de planejamento que atenda a toda Rede Municipal (Lauro de Freitas, 2022b).

Por fim, a análise dos dados permitiu também compreender o desempenho do Projeto Plantão da Inclusão e Escola Acessível, quanto ao atendimento aos estudantes com deficiência, alcançando mais um objetivo específico.

Revelou que o Projeto Plantão da Inclusão nos moldes que é apresentado no PME de Lauro de Freitas, como uma das propostas de suporte oferecido ao público com algum tipo de deficiência nas escolas regulares é desconhecido pela gestão do Departamento de Inclusão do Município. Ações de apoio semelhantes à proposta foram elaboradas diante das dificuldades, complexidade e desafios encontrados para efetivar a inclusão.

Sobre o Projeto Escola Acessível, do programa do Ministério da Educação, com o intuito de promover a acessibilidade arquitetônica e contribuir no orçamento dos investimentos de acessibilidade de acordo com o PAINEL do MEC, não contemplaram espaços adequados para

a prática de esportes e atividades físicas voltadas aos estudantes com deficiência, demonstrando a fragilidade do programa para a Rede Municipal.

Ressalta-se que entre 2014 e o primeiro semestre de 2020, período anterior à admissão da atual gestora da qual obteve-se os dados, não há registros dos legados e do público da comunidade escolar atendidos e, portanto, não é possível avaliar a efetividade de projetos e ações realizadas anteriormente. Destaca-se a falta de repositório das ações efetivadas nas diversas gestões, podendo ser considerada uma lacuna, para um possível plano de intervenção.

Apesar da pesquisa ter sido direcionada na perspectiva do ensino da Educação Física tendo seus professores como sujeitos de pesquisa, os anseios, as dificuldades, as dúvidas e a falta de formação, podem envolver outros docentes de outras áreas do conhecimento.

7 O QUE SUGERE A PESQUISA

A pesquisa demonstra que na etapa de escolarização, Ensino Fundamental II, o planejamento e o direcionamento das ações e projetos a serem aplicadas no âmbito da implementação, acompanhamento, avaliação e adequação das estruturas arquitetônica e pessoal para inclusão do estudante com deficiência, apresenta lacunas pedagógicas e arquitetônicas.

Considerando que docentes de Educação Física desconhecem e/ou não utilizam os documentos normativos, entende-se que existe uma necessidade de intensificar e promover o contato deste docente com esses documentos para ampliação do conhecimento e aplicação na prática.

Considera-se ainda que, o fazer pedagógico do Professor de Educação Física precisa ocorrer em espaços físicos como quadras poliesportivas amplas e acessíveis, assim como ter à sua disponibilidade, materiais esportivos adequados e para os diversos tipos de deficiência.

Assim, em resposta à questão problema: “Como contribuir para a inclusão do estudante com deficiência no processo de planejamento da Rede Municipal em Lauro de Freitas, na perspectiva do ensino da Educação Física?”, sugere-se a necessidade de estruturar ações para intensificar o planejamento.

Destarte, como proposta desta pesquisa *Stricto Sensu* na modalidade profissional, nível Mestrado, em virtude do objetivo geral estabelecido como: compor subsídios orientadores para a estrutura de instrumento de planejamento da Rede Municipal de Educação em Lauro de

Freitas, quanto à inclusão do estudante com deficiência na perspectiva do ensino da Educação Física, evidencia-se as sugestões:

Para a rompimento de barreiras arquitetônicas, a exemplo da falta de espaço referentes à prática de esportes e atividades físicas, sugere-se um mapeamento de quadras poliesportivas que necessitam ser construídas, modificadas ou reformadas. Esse mapeamento deve ser iniciado pelos professores através de registros fotográficos e relatório descritivo apresentando a situação estrutural das atividades práticas, no que concerne a inclusão nas aulas de educação física em suas unidades de atuação. O material resultará em um dossiê a ser apresentado à SEMED com o objetivo de registrar as situações e desenvolver ações, para impulsionar o projeto Escola Acessível, uma vez que o PME aborda sobre o desenvolvimento de habilidades esportivas e entende a necessidade de amplo investimento pertinentes à ampliação de acesso aos estudantes com deficiência a um ensino de qualidade (Lauro de Freitas, 2015).

Para orientar, o planejamento e a prática, sugere-se a construção de modelo formativo para a formação dos profissionais da educação, qualificando-o para o processo de inclusão de estudantes deficientes no ensino regular da etapa do Fundamental II.

Para promover um maior engajamento dos docentes e coordenadores nas discussões inerentes a inclusão do estudante com deficiência no processo de planejamento da Rede Municipal em Lauro de Freitas, sugere-se que essa formação ocorra no formato híbrido com conteúdo virtual, autoinstrutivo, sendo realizada no tempo destinado ao planejamento em casa e um momento presencial que ocorrem no tempo da AC coletiva.

Como estímulo à participação, deverá possuir uma carga horária compatível como está previsto no plano de carreira para progressão horizontal à classe correspondente. Conforme a Lei Municipal nº 1375, de 23 de junho de 2010, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério do Município de Lauro de Freitas, o Art.10 prevê que a promoção do servidor poderá ocorrer por qualificação, exigindo a comprovação de 180h de curso ou cursos vinculados ao magistério conforme o que dispõe o Art. 15 da referida lei (Lauro de Freitas, 2010).

Além da importância e necessidade de conhecer o que está previsto na legislação vigente tanto no Município quanto no Brasil, é necessário valorizar os relatos dos docentes propondo um momento para a troca de experiências exitosas. Nóvoa (2022) aponta sobre a importância da colaboração docente e do reforço dos coletivos docentes como lugares de produção de um

conhecimento próprio dos professores. Numa abordagem com viés de conhecimento profissional docente de natureza contingente, o autor reitera que os acontecimentos vulgares e cotidianos, ganham sentido enquanto inventário, repertório de acontecimentos, situações vividas, experienciadas, analisadas e partilhadas traduzindo assim, na possibilidade de conhecimento profissional docente.

Diante do exposto, os conteúdos devem ser divididos em blocos contemplando temas como: as políticas públicas vigentes no país, as diretrizes propostas pelo município, análise da estrutura e construção do PEI, elaboração de planejamento por componente. Portanto, sugere-se que os conteúdos a serem abordados do Modelo Formativo proposto se estruturam conforme a descrição a seguir.

7.1 ESTRUTURA TEMÁTICA DO MODELO FORMATIVO

7.1.1 Bloco 1 – A trajetória das Políticas Públicas para Inclusão do Estudante com deficiência no Brasil – Ambiente virtual - 30hs

Objetivo: Apresentar através de slides instrucionais e leitura de textos, as principais políticas vigentes no país no que concerne a inclusão do deficiente no contexto escolar, para ampliação do conhecimento acerca de como e quais as bases para a elaboração dos documentos legais.

Temas a abordar:

1. Declaração dos Direitos Humanos – 5hs;
2. Constituição Federal 1988 - (art. 205 e art. 208 inc III) - 5hs;
3. Declaração de Salamanca -1994 - 5hs;
4. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008) - 5hs;
5. Política Nacional da Educação Especial e Inclusiva (PNEEI, 2008) - 5hs;
6. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei federal nº 13.146/2015) -5hs.

7.1.2 Bloco 2 – As diretrizes pedagógicas para a Inclusão do Estudante com deficiência no Ensino Regular no Brasil e Bahia - Ambiente virtual - 20h

Objetivo: Apresentar através de slides instrucionais e leitura de textos, as diretrizes para acolher o estudante deficiente na sala de aula, para ampliação do conhecimento acerca de como e quais as orientações pedagógicas e abordagens presentes nos documentos regulatórios nacionais e do Estado da Bahia.

Temas a abordar:

1. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBN (1996) – 5h;
2. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997) – 5h;
3. Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) – 5h;
4. Documento Curricular Referencial Bahia - DCRB (2022) – 5h.

7.1.3 Bloco 3 – O caminhar da Políticas Inclusivas e Diretrizes pedagógicas no Município de Lauro de Freitas – Ambiente virtual - 30hs

Objetivo: Apresentar através de slides instrucionais e leitura de textos, as principais políticas vigentes no Município de Lauro de Freitas no que concerne a inclusão do deficiente no contexto escolar, para ampliação do conhecimento acerca de como e quais as bases para a elaboração dos documentos legais.

Temas a abordar:

1. Plano Municipal de Educação de Lauro de Freitas – Lei Municipal nº 568/2015- 5hs
 - **Plantão da Inclusão:** Objetivos e ações para implementação
 - **Escola acessível:** Objetivos e ações para implementação
2. Ato administrativo Nº 2315/2022 - Orientações Sobre o Percorso Organizativo a ser percorrido para o/a Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino, em Todos os Segmentos Dentro Da Unidade Escolar -5h;
3. Plano Educacional Individualizado – PEI – 10h;

4. Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 004, de 28 de novembro de 2024 -Diretrizes para a Educação Especial Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Lauro de Freitas - 5h;
5. Documento Curricular Referencial de Lauro de Freitas – DCRLF (2024) 5h.

7.1.4 Bloco 4: Experiências Exitosas e Planejamento inclusivo- 50hs

Objetivo: Favorecer o conhecimento de ações didático-metodológicas através de apresentações e relato de experiências exitosas no Brasil, Bahia e em Lauro de Freitas a fim de promover a construção de um planejamento anual

Temas a bordar:

1. Estudo de caso – Análise e discussão dos relatos de experiências presencial em AC coletivo em outros Estados do Brasil – Vídeos – 5hs;
2. Estudo de caso – Análise e discussão dos relatos de experiências presencial em AC coletivo em cidades da Bahia - Vídeos – 5hs;
3. Estudo de caso – Análise e discussão dos relatos de experiências presencial em AC coletivo em Lauro de Freitas - Vídeos – 5hs;
4. Mesa redonda presencial em AC coletivo com discussões sobre as temáticas dispostas no ambiente virtual
 - 4.1. Bloco 1 - 5hs;
 - 4.2. Bloco 2 - 5hs;
 - 4.3. Bloco 3 - 5hs;
5. Elaboração de planejamento inclusivo – 20hs
 - 5.1. Planejamento didático metodológico (Conteúdo programático, atividades teóricas e projetos interdisciplinares)
 - 5.2. Recursos didáticos para ações (materiais necessários).

7.1.5 Bloco 5: A Educação Física no processo inclusivo no Município de Lauro de Freitas - Ba – 50hs

Objetivo: Situar a Educação Física do Município às **diretrizes para inclusão vigentes no Brasil, na Bahia e em Lauro de Freitas, promover discussões e compartilhamento de experiências práticas e didático-metodológicas para a construção de planejamento anual específico** para a Educação Física inclusiva.

Temas a abordar:

1. A Educação Física nos documentos regulatórios do Brasil, do Estado da Bahia e do Município de Lauro de Freitas -10h
2. Mesa redonda e relato de experiências exitosas dos professores – Análise e discussão presencial em AC coletivo dos professores de Educação Física - Vídeos – 20hs;
3. Planejamento inclusivo de atividades esportivas, jogos, brincadeiras, dança, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura – 20hs
 - 3.1. Planejamento didático metodológico (Conteúdo programático, atividades teóricas e projetos interdisciplinares)
 - 3.2. Recursos didáticos para ações (materiais necessários).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de caráter descritivo, traz a cognição do ensino da Educação Física, a partir do campo profissional da educação, enquanto componente curricular, com a temática delineada sob o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular da rede de ensino do Município de Lauro de Freitas, Bahia.

Inicia-se a pesquisa a partir do olhar docente, atuando como professora de Educação Física do ensino Fundamental II em uma das unidades escolares da Rede Municipal e percebendo lacunas nesse processo inclusivo que vão desde a estrutura escolar, à formação de docentes até à implementação das diretrizes que promovem a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular.

Buscando compreender a dinâmica da Educação especial em Lauro de Freitas, a pesquisa iniciou com uma análise exploratória do PME, em atenção a sua implementação, o Município de Lauro de Freitas segue as determinações propostas pelo art. 58 da LDBEN nº 9.394/1996, quando garante aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação nas classes regulares e que a observância dessa legislação aponta para o crescente número de estudantes PCDs matriculados no ensino fundamental II segundo dados do MEC/ INEP, Censo Educacional apresentados no PME.

Além de indicar o aumento nas matrículas de estudantes com deficiência, atendendo às expectativas nacionais, para ampliação de acesso aos estudantes com deficiência ao ensino de qualidade, o PME apontou projetos inovadores específicos da educação inclusiva, com destaque para o “Plantão da Inclusão” de caráter assistencial e o projeto “Escola Acessível” que disponibiliza investimento nas escolas.

Entende-se que indo ao lócus da pesquisa pode-se observar na prática se o que está disposto nos documentos oficiais vêm sendo aplicados. Assim, para a coleta de dados, foram delimitadas as escolas que iriam participar, sendo priorizada as cinco escolas da Rede Municipal de Lauro de Freitas que atendem o ensino fundamental II, com ênfase ao contexto da educação especial como uma modalidade de ensino e que estão localizadas na região central da cidade. Os dados de matrícula e estrutural de cada instituição, necessários para caracterizar esses espaços, foram extraídos do InepData, no período de vigência do PME (2014-2023). Para compor como sujeitos de pesquisa que poderiam responder às indagações, uma vez que estão ativos no cotidiano escolar, selecionou-se os coordenadores, professores de educação física que atuam nas cinco escolas e representante do Departamento de Inclusão da Pessoa com deficiência na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Os sujeitos de pesquisa trouxeram contribuições para abordar as políticas públicas e diretrizes orientadoras referentes à inclusão de estudantes deficientes no ensino regular; tratar sobre o processo de formação, planejamento e orientações junto aos professores no percurso organizativo do estudante com deficiência no ensino regular, na etapa do Fundamental II; levantar informações sobre os espaços utilizados e as modificações arquitetônicas, formação, planejamento e atuação com estudante deficiente nas aulas do componente.

Na discussão sobre o que revelam os dados da pesquisa de dados obtidos a pesquisa apresenta uma compreensão mais abrangente e contemporânea sobre a Educação Física, considerando os diversos aspectos envolvidos no desenvolvimento educacional dos estudantes, com diretrizes enfatizando o ensino, não apenas o aspecto físico, mas também o desenvolvimento integral de habilidades sociais para a promoção da cidadania, a inclusão, e o estímulo ao pensamento crítico e reflexivo.

Desse pressuposto, a experimentação, a fruição que promotoras da vivência corporal, se destaca como meio para o processo de inclusão dos estudantes com deficiência, acontecem em locais inadequados para a prática de atividades físicas e esportivas e revela déficit nas estratégias de planejamento, que podem comprometer o processo de inclusão dos estudantes deficientes do ensino fundamental II.

Nesse cenário, foi possível caracterizar o ensino da Educação Física para a Educação Especial no Município de Lauro de Freitas através das diretrizes para o processo inclusivo na etapa do ensino fundamental II.

Quando se trata do cotidiano escolar analisou-se o processo de planejamento da Rede Municipal de Lauro de Freitas sob os aspectos normativos e pedagógicos, concernente à inclusão do estudante com deficiência, através de dois documentos descritos como referências para esta pesquisa. Um traz as “Orientações Sobre o Percorso Organizativo a ser Percorrido para o/a Estudante com Deficiência em Classe Regular de Ensino, em Todos os Segmentos Dentro da Unidade Escolar” e considera as especificidades inerentes ao público-alvo. Observa-se que apesar de atender grande parte das demandas pedagógicas para a inclusão com apresentação das normativas sobre o direito ao acesso e permanência na classe regular, ao processo de aprendizagem, com a diminuição das barreiras para o acesso às informações e as metodologias, como meio garantir o desenvolvimento do estudante com deficiência presentes numa sala de aula e diante de um currículo comum, o documento não é utilizado em sua totalidade nem por coordenadores pedagógicos e nem pelos professores de Educação Física.

O documento Diretrizes para a Educação Especial e Inclusiva, documento importante que foi publicado no decorrer da pesquisa, apresenta como um alicerce a mais para a inclusão no sistema de educação do município e destaca no seu contexto, os aspectos normativos, a concepção de princípios e objetivos apresentados para a educação especial.

Após o cruzamento obtido com os dados da pesquisa, constatou-se algumas lacunas entre elas está o processo de planejamento uma vez que, os documentos referenciais não estão sendo utilizados por todos os envolvidos no contexto escolar.

Sobre o desempenho do Projeto Plantão da Inclusão compreende-se que nos moldes que é apresentado no PME de Lauro de Freitas é desconhecido pela gestão do Departamento de Inclusão do Município. O Departamento propõe ações que oferecem suporte ao público com algum tipo de deficiência nas escolas regulares e ocorrem pela solicitação da demanda.

O Projeto Escola Acessível do programa do Ministério da Educação, demonstra fragilidade na Rede Municipal de Lauro de Freitas pois, não contemplaram adequados arquitetônicas para a prática de esportes e atividades físicas voltadas aos estudantes com deficiência.

Atendendo ao que se propõe esta pesquisa *Stricto Sensu* na modalidade profissional, nível Mestrado, responder à questão problema e alcançar o objetivo geral da pesquisa, como subsídio orientador, sugere-se a necessidade se estruturar ações para intensificar o planejamento. Portanto, foram propostas: um mapeamento de quadras poliesportivas que necessitam ser construídas, modificadas ou reformadas., iniciado pelos professores através de registros fotográficos e relatório descritivo apresentando a situação estrutural das atividades práticas, no que concerne a inclusão, nas aulas de educação física em suas unidades de atuação. O material resultará em um dossiê a ser apresentado à SEMED para que desenvolva ações, para impulsionar o projeto Escola Acessível disposto no PME (2015-2025).

Uma outra proposta apresentada é a construção de modelo formativo para orientar, o planejamento, a prática, contribuindo com a formação dos profissionais da educação física e demais áreas do conhecimento, pertinentes ao processo de inclusão de estudantes deficientes no ensino regular da etapa do Fundamental II.

Espera-se que esta pesquisa seja um referencial para sua construção e efetivação das políticas públicas inclusivas na próxima vigência do PME, reforçando ainda mais a necessidade de investimento para ampliação de acesso aos estudantes com deficiência a um ensino de qualidade. Outrossim, espera-se ainda que contribua como fonte para um maior engajamento dos docentes e coordenadores nas discussões e no processo de planejamento inerentes a inclusão do estudante com deficiência no processo de planejamento da Rede Municipal em Lauro de Freitas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. **Plano de ações articuladas (par)**: uma análise sobre a percepção dos gestores escolares no que concerne aos seus efeitos em escolas do ensino fundamental no município de São Sebastião do Passé-BA. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade) - Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/4ee08ec5-69da-4b50-af51-08991dfb19c1/content>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BAHIA. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental (v. 1)**. 2020. Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/dcrb-volume-1-2/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Instituir a república federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanda**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2008b.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 abr. 1931.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 abr. 1996.

BRASIL. **Guia de apoio ao desenvolvimento profissional de Coordenadores(as) Pedagógicos(as)**. Brasília: Ministério da Educação, 2025. 132 p.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 mar. 2018a.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 ago. 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Louis Braille, o inventor.** 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/fique-por-dentro/louis-braille-o-inventor>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: Ministério da educação, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil:** A história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988. 176 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 2018. 166 p.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992. p. 39

DARIDO, S. C. *et al.* A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 17–32, jan. 2001. DOI: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2001.139482>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139482>. Acesso em: 25 abr. 2024.

DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. **Para ensinar educação física: Possibilidades de intervenção na escola**. São Paulo, Ed. Papirus, 2014. 14 p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **PDDE Info – Consulta por escola**. 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/pddeinfo/escola/consultar>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FURTADO, R. M. S.; NOVAES, I. L. Reflexões sobre a organização do sistema municipal de ensino de Barreiras-BA. *In: XXIV Simpósio Brasileiro III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009, Vitória (ES). Anais [...]*, Vitória (ES): Cadernos ANPAE, 2009, p. 1-18. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/299.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. 34p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora atlas, 2002. 176 p.

GOIS JUNIOR, E.; SIMÕES, J. L. **História da Educação Física no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da Ufpe, 2011. 166 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/lauro-de-freitas.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Catálogos das escolas**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em: 15 mar. 2024.

LAURO DE FREITAS. **Ato Administrativo nº 231529 de julho de 2022**. Orienta sobre o percurso organizativo a ser percorrido para o/a estudante com deficiência em classe regular de ensino, no município de Lauro de Freitas, em todos os segmentos dentro da unidade escolar. Diário Oficial do Município: Lauro de Freitas, BA, jul. 2022b.

LAURO DE FREITAS. **Consulta pública**. 2022a. Disponível em: <https://laurodefreitas.ba.gov.br/2022>. Acesso em: 13 dez. 2023.

LAURO DE FREITAS. **Lei nº 1375 de 23 de junho de 2010**. Dispõe sobre a redação, alteração e consolidação das leis que versam sobre o estatuto e o plano de carreira e

remuneração do magistério público do município de Lauro de Freitas. Diário oficial do Município: Lauro de Freitas, BA, 23 jun. 2010.

LAURO DE FREITAS. **Lei nº 1568 de 19 de junho de 2015**. Disciplina o plano municipal de educação - PME do município de Lauro de Freitas, em consonância com a lei federal nº 13.005/2014 que trata do plano nacional de educação - PNE, na forma que indica e dá outras providências. Diário oficial do Município: Lauro de Freitas, BA, 19 jun. 2015.

LAURO DE FREITAS. **Portaria SEMED nº 114, de 23 de dezembro de 2024**. Homologa a Resolução CME nº 006/2024 do Conselho Municipal de Educação que aprova o Documento Curricular Referencial de Lauro de Freitas, estado da Bahia. Diário Oficial de Lauro de Freitas: Lauro de Freitas, BA. 23 dez. 2024b.

LAURO DE FREITAS. **Resolução CME nº 004, de 28 de novembro de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Especial Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Lauro de Freitas. Diário Oficial do Município: Lauro de Freitas, BA. 28 nov. 2024a.

LAURO DE FREITAS. **Semed**. 2023. Disponível em: <https://laurodefreitas.ba.gov.br/semec/noticia/etapas-de-ensino/1267>. Acesso em: 13 dez. 2023.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva**: indagações e ações nas áreas de educação e da saúde. São Paulo: Avercamp, 2010. 160 p.

LOPES, J. B. C. *et al.* **Educação inclusiva**. Porto Alegre: Grupo A, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Editora LTC, 2013. 128 p.

MACHADO, E. N. C.; FALSARELLA, A. M. Nova Gestão Pública, educação e gestão escolar. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 372–389, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13255>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6377/637766244006/html/>. Acesso em: 15 maio 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Summus, 2015. 50 p.

MICHAELIS. **Inclusão**. 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inclus%C3%A3o/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

NÓVOA, A. Conhecimento profissional docente e formação de professores. **Rev. Bras. Educ.**, [s.l.], v. 27, p. e270129, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270129>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TBsRtWkP7hx9ZZNWYywbLjny/>. Acesso em: 05 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PALÁCIO, M. M. **Os parâmetros da educação inclusiva face aos desafios da contemporaneidade**. Votuporanga: Editora Fatec, 2019. 71 p.
QEDU. Relatório da rede pública. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 01 maio 2024.

QEDU. **Indicador de qualidade da educação básica**. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 01 maio 2024.

RIBEIRO, C. C. L. A.; PORTELA, C. P. J. Os processos formativos da pessoa com deficiência na escola e o papel atribuído às famílias: da segregação a inclusão. *In*: GUEDES, M. Q.; REIS, C. F.; QUEIROZ, A. S. **Políticas públicas educacionais: diálogos com pesquisadoras e pesquisadores**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 44-64.

SÃO PAULO. 3ª Conferência Nacional de Educação. **Revista Educação**, v. 9, n. 1, p. 1-172, 1929. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177738>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SILVA, A. P. **O princípio de inclusão em educação física escolar**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 97 p.

SILVA, S. B. **O instituto nacional do livro e a institucionalização de organismos culturais no estado novo (1937-1945): planos ideais e realizações**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11000/1/276669.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

VIDAL, L. N. L. **A inclusão de estudantes deficientes nas aulas de educação física**. Monografia (Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva) - Universidade Gama Filho, Salvador, 2012. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JL35Ij1D6dlRYb5nOHmST_7u4sW_-vdg/view. Acesso em: 17 jun. 2024.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488 p.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução de Maria da Pena Villalobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015. 320 p.

APÊNDICE A - MINUTA DOS QUESTIONÁRIOS A SEREM APLICADOS PARA COLETA DE DADOS

1) Coordenação Pedagógica

- 1) Qual seu maior nível de formação acadêmica?
 - Licenciatura / Especialização / Mestrado / Doutorado /
 - Pós doutorado

- 2) Durante a sua formação acadêmica, realizou algum estudo sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular?
 - Sim. Em qual(ais) nível (eis)? _____
 - Não

- 3) Qual o seu vínculo com a Prefeitura de Lauro de Freitas?
 - Efetivo Reda

- 4) Há quanto tempo atua como professor na Prefeitura de Lauro de Freitas? _____

- 5) Já participou de alguma formação sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular promovida pela Semed?
 - Não
 - Sim Qual o tema? _____ Carga Horária? _____

- 6) Na escola em que você atua, possui algum estudante com deficiência?
 - sim não

- 7) Se respondeu sim no quesito anterior, assinale a(s) alternativa(s) que compõem as orientações fornecidas ao professor, nas reuniões de AC, sobre a inclusão de alunos com deficiência no cotidiano das aulas, com a sua realidade:
 - Adaptar atividades e avaliações (teórica)
 - Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI)
 - Envolver os alunos nas aulas e adaptando à sua limitação
 - Compreender sobre deficiência e as potencialidades que podem ser exploradas nos estudantes.
 - Elaboração de materiais acessíveis de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência
 - Não envolver os alunos com deficiência deficientes nas aulas práticas de educação física
 - Não realizar de avaliações

2) Professores de Educação Física

- 1) Qual seu maior nível de formação acadêmica?
 Licenciatura / Especialização / Mestrado / Doutorado /
 Pós doutorado
- 2) Durante a sua formação acadêmica, realizou algum estudo sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular?
 Sim. Em qual(ais) nível (eis)? _____
 Não
- 3) Qual o seu vínculo com a Prefeitura de Lauro de Freitas?
 Efetivo Reda
- 4) Há quanto tempo atua como professor na Prefeitura de Lauro de Freitas? _____
- 5) Já participou de alguma formação sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular promovida pela Semed?
 Não Sim Qual o tema? _____ Carga Horária? _____
- 6) Nas turmas que você ministra aula, possui algum estudantes com deficiência?
 sim não
- 7) Em qual dos espaços abaixo você realiza as aulas de educação física?
 Quadra Pátio Área verde Outros _____
- 8) Na escola em que você atua, o espaço é acessível para a realização de atividades físicas com os estudantes com deficiência?
 Não Sim
- 9) Houve alguma modificação desse espaço para torná-lo acessível aos estudantes com deficiência?
 Não Sim
- 10) Entre as suas condutas diante da frequência de estudantes com deficiência no cotidiano das suas aulas, assinale a(s) alternativa(as) que se aproxima com a sua realidade:
 adapta atividades e avaliações (teórica)

- participa na construção do Plano Educacional Individualizado (PEI)
- envolve os estudantes nas aulas práticas adaptando à sua limitação
- procura compreender sobre deficiência e as potencialidades que podem ser exploradas com esse estudante
- elabora materiais acessíveis de acordo com as necessidades dos estudantes com deficiência
- recebe orientações da coordenação pedagógica para adaptar as suas aulas e atividade
- prefere que os estudantes com deficiência não participem das aulas práticas
- se está sobre os cuidados dos auxiliares deixa-o a vontade e conduz a aula com os demais para não atrapalhar os conteúdos
- não acha necessário a realização de avaliações
- não se sente capacitado para lidar com estudantes com deficiência

APÊNDICE B - MINUTA DA ENTREVISTA ESTRUTURADA A SER REALIZADA COM O RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA SEMED

- 1- Qual o cargo exercido na Divisão de Educação Especial e há quanto tempo está exercendo essa função?
- 2- Quais as competências e atribuições deste cargo para a Educação Especial?
- 3- Qual a formação acadêmica?
- 4- Quais as ações voltadas para a Inclusão de estudantes com deficiência foram realizadas pela Divisão entre 2014 e 2023?
- 5- Qual(is) público(s) da comunidade escolar atendeu(ram)? (Diretores, Coordenadores, professores, funcionários, pais, estudantes...)
- 6- Tem ciência da existência do Projeto Plantão da Inclusão como uma estratégia apresentada no PME para ampliação de acesso aos estudantes com deficiência a um ensino de qualidade?
- 7- Em caso positivo, das ações apontadas na pergunta 4 quais contemplam o Plantão da Inclusão?
- 8- Quais escolas foram contempladas e quais os resultados obtidos? (Solicitar o fornecimento desses dados)
- 9- Tem ciência da existência do Projeto Escola Acessível como uma estratégia para ampliação da acessibilidade e implementação da estrutura de atendimento educacional especializado, aos estudantes com deficiência a um ensino de qualidade.
- 10- Quais escolas foram contempladas e quais os resultados obtidos? (Solicitar o fornecimento desses dados).
- 11- Em caso negativo sobre ações Plantão da Inclusão e Projeto Escola Acessível, perguntar sobre: Quais as dificuldades enfrentadas para realizar essas ações?
- 12- Em caso positivo sobre ações Plantão da Inclusão e Projeto Escola Acessível, perguntar sobre: Que contribuições foram importantes para realizar essas ações.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I – SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL (GESTEC)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM
SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Documento de Identidade: _____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço:

_____ Complemento:

_____ Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____

Telefone: (__) _____ / (__) _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO FUNDAMENTAL II: COMENDO SUBSÍDIOS ORIENTADORES PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS-BA

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Lucíola Nobre Lima Vidal Cargo/Função: Mestranda/pesquisadora

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **“INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO FUNDAMENTAL II: COMENDO SUBSÍDIOS ORIENTADORES PARA O**

PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS- BA”, de responsabilidade da pesquisadora Lucíola Nobre Lima Vidal, mestranda da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo compor subsídios orientadores para a estrutura de instrumento de planejamento da Rede Municipal de Educação em Lauro de Freitas, quanto à inclusão do estudante com deficiência na perspectiva do ensino da Educação Física.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios científicos através da publicação artigos em anais e revistas científicas, possibilitando a ampliação do conhecimento sobre o tema impactando socialmente na efetivação do processo de inclusão de estudantes com deficiência propostos pelas políticas públicas. Como benefício pedagógico, a pesquisa poderá promover o encaminhamento de uma proposta ou disseminação de um modelo de intervenção como, subsídio orientador de planejamento, no processo de inclusão de estudantes deficientes no ensino regular da etapa do Fundamental II , impactando na capacitação de professores e coordenadores do ensino Fundamental II no Município de Lauro de Freitas- Bahia. Caso aceite o Senhor(a) será convidado a responder voluntariamente um questionário que envolve perguntas sobre a formação profissional, atuação no cargo, vínculo e tempo de serviço na instituição, que serão disponibilizados através do Google Forms pela aluna Lucíola Nobre Lima Vidal, do Programa de pós-graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - Mestrado profissional (GESTEC). A pesquisa não apresenta riscos físicos ao senhor(a) mas, devido a coleta de informações poderão ocorrer possíveis riscos de ordem intelectual, psíquica ou moral, relacionados a situações de constrangimento decorrente da abordagem. Em caso de algum problema dessa natureza detectado no momento da assinatura do TCLE, quando quando toma conhecimento dos objetos de estudo, você será dispensado de participar da pesquisa. Caso o aceite participar da pesquisa e, no decorrer da coleta de dados, sintam-se desconfortável ou constrangido, poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento. Em situações mais graves, relacionados a estes riscos de ordem intelectual, psíquica ou moral, será sugerido o encaminhado para atendimento psicológico. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e portanto o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

IV - INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Lucíola Nobre Lima Vidal

Endereço: Rua Manoel Gomes de Mendonça 207, ap. 1603 - Pituba **Telefone:.**(71) 98235-1250, **E-mail:**lululimavidal@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 01, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3612-1330, (71) 3312-1300, e-mail: cepuneb@uneb.br


Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V - CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO


Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **“INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO FUNDAMENTAL II: COMPODO SUBSÍDIOS ORIENTADORES PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS- BA”**, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Salvador, 06 de Dezembro de 2024.

Assinatura do participante da pesquisa

 Documento assinado digitalmente
LUCIOLA NOBRE LIMA VIDAL
Data: 06/12/2024 10:25:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

 Documento assinado digitalmente
LIDIA BOAVENTURA PIMENTA
Data: 06/12/2024 17:31:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do professor responsável
(orientador)